

REVISTA
MEMÓRIAS LGBT+FEMINISMO

Museus, Memória e Museologia **LGBT+Feminismo**



Revista Memórias LGBT
Ed. 12 - Ano 7 - 2º Semestre de 2020
ISSN 2318-6275



Expediente

Revista Memórias LGBT
Ano 7 – ed. 12
ISSN 2318-6275
www.memoriaslgbt.org
www.memoriaslgbt.com
revista@memorialgbt.org
Distribuição Gratuita

Revista Memórias LGBT

Editor Chefe: **Tony Boita**
Redação: **Jean Baptista**
Direção de Arte: **Aline Inforsato**
Arte da Capa: **Allinny Raphaëlle**

Organização do II Seminário
Memória, Museus e Museologia
LGBT + Feminismo

Comissão Organizadora:

Jezulino Lúcio Mendes Braga
(UFMG), Tony Boita (Rede
LGBT), Camila Moraes Wichers
(UFG), Ana Audebert (UFOP),
Allinny Raphaëlle (UFG),
Jean Baptista (UFG)
e Marlise Giovanaz (UFRGS).

Realização: Bacharelado em
Museologia | Escola de Ciência
da Informação | UFMG, Rede
LGBT de Memória e Museologia
Social, GT Museus, Gênero e
Sexualidade do IV Sebramus
e Revista Memória LGBT.

Os conteúdos publicados são
de inteira responsabilidade
de seus autores. As opiniões
neles emitidas não exprimem,
necessariamente, o ponto de
vista da Revista Memórias LGBT
e de seu editor.

A revisão gramatical
e ortográfica dos textos é de
exclusiva responsabilidade
das pessoas que escreveram
os textos

Editorial

Esta é uma edição especial da **Revista Memória LGBT** por diversos motivos, alguns festivos, outros nem tanto.

Em primeiro lugar, é uma edição cheia de gratidão. Trata-se de um material financiado coletivamente por pessoas que acreditaram neste projeto. Agradecemos a Alexandre Gaspari, Aparecida Paiva, Augusto Francelino, Benito Schmidt, Camilo Braz, Cassiano Bovo, Cesar Barcelos Junior, Eder Eddine, Eliane Martins de Freitas, Eliane Muratore, Gabriel Andrade de Freitas, Gabriel Thier, Geyzon Dantas, Inês Gouveia, Jezulino Lucio Braga, Luciana Alves, Luiz Morando, Manuelina Duarte Cândido, Marcelo Araujo, Maria Luiza Rodrigues, Ronaldo Oliveira, Simone Ramos, R.M. e Tatielle Brito Nepomuceno.

Em seguida, alegre ver que se trata de uma edição dedicada exclusivamente às palestras do II Seminário Brasileiro de Museus, Memória e Museologia LGBT+Feminismo (SeBraMus LGBT+), evento que reúne importantes pesquisas acadêmicas desenvolvidas no país quando interseccionam o tema LGBT (sigla em Políticas Públicas) e o feminismo.

Este evento e textos resultam de duas importantes articulações: a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, a cada ano mais próxima de profissionais de museus feministas, e o Grupo de Trabalho Corpo, Gênero e Sexualidade do Seminário Brasileiro de Museologia (Sebramus), lá já a somar quatro edições. Mais do que nunca, o argumento de que tais estudos são inexistentes ou restritos a um coletivo cai por terra: a Museologia LGBT e a Museologia Feminista, plurais em forma e nomeações, consolidam-se como campo de pesquisa presentes na academia e comunidades.

Por fim, nos pesa a dor de estar a escrever e realizar estas atividades no contexto de um país que passa os 100 mil mortos por uma doença que bem poderia ser controlada mediante a adoção de medidas protetivas massivas. Guardadas as particularidades, é inevitável lembrar o abandono que a comunidade LGBT foi jogada pelo negacionismo político quando a epidemia do HIV alcançou o planeta, fenômeno responsável até hoje por milhares de mortes. No que nos cabe, os museus e a Museologia que nos interessa farão seu papel: não as esqueceremos.

Protejam-se, mas não se calem,
Jean Baptista e Tony Boita

Sumário

4

O que é *Museologia LGBT?*

10

O que é *Museologia Feminista?*

35

Gênero, corpo e sexualidade na diáspora africana: contribuições decoloniais para estudos afro-brasileiros

60

Educação para a diversidade de gênero nos museus: algumas provocações

20

Ensino em Museologia e problemáticas metodológicas para uma Museologia LGBT: caminhos para uma política de acervos no Museu da Diversidade Sexual

41

Casas de Acolhida LGBT no Brasil: reflexões museológicas em contexto pandêmico

51

A presença feminina nas Artes, na Museologia e no Patrimônio Cultural

64

Território, Memória e *Viadagens*: Notas para uma Musealização da *Fecheção*

24

Experiências do Curso de Museologia da UFRGS no universo LGBT

28

As grafias de mulheres negras como construtoras de narrativas imagéticas das memórias afrodiaspóricas

48

Coletivo Memória & Resistência e a memória LGBT da zona leste de São Paulo.

56

Museologia Feminista e direito à Memória

70

O *Youtube* enquanto ferramenta para salvaguarda de memórias do Movimento LGBTQ+ e de Mulheres em Rondônia

74

Percursos do Pensamento LGBTQ+ Brasileiro

O que é Museologia LGBT?



Jean Baptista (Docente do Bacharelado em Museologia/ Docente do PPG em Antropologia Social -UFG)

Tony Boita (Revista Memória LGBT/Doutorando do PPG em Comunicação UFG)

Camila Moraes Wichers (Docente do Bacharelado em Museologia e do PPG em Antropologia Social da UFG)

Por diversas vezes e por diversos motivos temos sido questionados sobre o uso da categoria conceitual “Museologia LGBT”. “A Museologia não tem sexo”, nos diz o argumento em oposição mais recorrente, ainda que esse “sem sexo” sirva à preservação da matriz heterossexual historicamente vigente nos museus e na Museologia. Por outro lado, não raro se questiona a escolha da sigla LGBT, especialmente pelo fato desta ser constantemente transformada conforme os contextos históricos que enfrenta, variando, hoje, talvez no uso de um número muito maior de letras que representam distintas identidades.

Para nós, contudo, Museologia LGBT passou a ser entendida como uma categoria conceitual criada para ser aplicada no conjunto de iniciativas da América Latina, tal qual temos demonstrado em distintas ocasiões (BAPTISTA; BOITA, 2014; 2017, 2018), de onde se pode depreender sete características básicas:



1 Ser produzida por pessoas que pertencem a determinadas comunidades com sexualidades dissidentes da matriz heterossexual, dotadas de conhecimentos específicos próprios dessas comunidades, falantes do pajubá e comprometidas com uma história, memória, patrimônio e luta social comum — ou seja, é uma Museologia produzida por quem utiliza o pronome “nós” e não apenas por quem é gay ou lésbica, por exemplo, gerando potentes conjugações interessadas na defesa de um coletivo;

2 Opõe-se a tentativas de expropriações de seus patrimônios por pessoas que não pertencem a essas comunidades, em especial quando empreendidas por pesquisadores acadêmicos, políticos demagógicos, ONGs elitistas, igrejas e milícias, entre outras organizações exóticas às comunidades — o pertencimento direto, portanto, é característica fundamental dessa produção;

3 Estar vinculada às políticas públicas na América Latina, e por isso utiliza a sigla LGBT, pois é esta a forma consagrada de denominar a ampla população que não se encaixa na matriz heterossexual no campo das Políticas Públicas deste território (BOITA, 2018), sobretudo como se nota no Brasil (ver BOX). O esforço, portanto, é em conectar a Museologia ao campo dos direitos jurídicos-políticos. Isso não quer dizer que ignoramos as amplas identidades que a cada ano ingressam legitimamente na sigla utilizada no debate não especializado, fora das Políticas Públicas (feitas para durarem longos anos) ou do universo técnico-científico. Pelo contrário; quer apenas colaborar para que essas múltiplas sexualidades possam ter um espaço seguro no frágil debate de Políticas Públicas em uma Museologia que não pense apenas objetos. Nesse sentido, a Museologia LGBT que aqui caracterizamos está interessada sobretudo no acesso à educação, saúde, alimentação, moradia e garantia dos direitos civis de pesso-

as e coletivos vivos dissidentes da matriz heterossexual vigente;

4 É uma Museologia popular e, conforme realidade latino-americana, é localizada em periferias urbanas ou simbólicas, bem como consta com corpos não-brancos em sua gestão, ou seja, corpos negros, indígenas, afro-indígenas, pardos etc—o que a torna uma prática criativa, que valoriza a performatividade enquanto expográfica e utiliza materiais econômicos ou reciclados, indispondo-se a orçamentos elevados pois sabe que existem questões emergenciais onde o dinheiro deve de fato ser gasto;

5 Esta forma de se fazer museologia também congrega pessoas aliadas da causa LGBT, as quais marcadas por outros eixos de subordinação, como gênero, raça e classe, para citar alguns marcadores sociais das diferenças, comungam do mesmo desejo de emancipação e democratização do campo dos museus, patrimônios e memórias. Nesse sentido, é uma Museologia em pleno diálogo com uma Museologia Feminista também emergente e interseccional em raça e classe (BITTENCOURT, 2005;2018; SANTOS, 2017; OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017; FERREIRA, 2018; WICHERS, 2018; PRIMO; BRAYNER, 2018; QUEIROZ, 2018). Reforça-se, com isso, um elo histórico entre população LGBT e mulheres feministas, negras e/ou pobres do mesmo modo inconformadas com a exclusão e violência empreendida por uma sociedade fóbica à diversidade;

6 Por sua proximidade com Políticas Públicas e comunidades vulneráveis, a Museologia LGBT integra certamente a Museologia Social ou Sociomuseologia, não sem antes alertar que dentro desse grande escopo também reside a fobia à diversidade sexual comum aos museus. Assim comprovam os inventários participativos que investigamos, onde sequer somos citados como membros das

comunidades, como se fosse possível pensar qualquer comunidade brasileira sem a nossa presença e nossas contribuições no campo patrimonial e museológico. Não compactua, portanto, com uma Museologia que se pretende social discutida, protagonizada e produzida restritamente por heterossexuais masculinos e homofóbicos — pois essa, certamente, já não tem mais nada de social. Preferimos, certamente, uma Museologia Social ou Sociomuseologia construída em conjunto com pessoas desconstruídas e multiculturais, somando-se a outros movimentos sociais do mesmo modo interessados na desconstrução (CHAGAS; GOUVEA, 2014).

7 Por valorizar performances, vocabulários, múltiplas sexualidades e identidades plurais em constante renovação, este modo de conceber Museologia pode ser nomeado como Museologia Pajubá, Museologia Babadeira, Museologia Pintosa, Museologia Fечатiva, Museologia Afrontosa, Museologia Travesti, Museologia Trans, Museologia Sapatão, Museologia Lgbt Afro-Indígena, entre outras possibilidades criativas que certamente irão variar quanto mais se experimentar uma libertação sexual museológica. Contudo, especialmente nos cenários adversos latino-americanos e orientando-se pelas demandas de movimentos sociais

LGBT, uma sigla no campo das Políticas Públicas

O mais recente uso da sigla LGBT se deu em 2019 no voto do Ministro Celso de Mello sobre a criminalização da homo e transfobia, onde se evidencia o entendimento atual do uso da sigla para as Políticas Públicas brasileiras e seu aporte jurídico: "É preciso esclarecer, desde logo, que a sigla LGBT, no contexto dos debates nacionais e internacionais sobre a questão da diversidade sexual e de gênero, tem sido utilizada para designar a comunidade global das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, intersexuais, além de outras definidas por sua orientação sexual ou identidade de gênero. A expressão LGBT, além de possuir a virtude de haver sido formulada pela própria comunidade que designa, atingiu ampla aceitação pública e consenso internacional, consagrando-se sua utilização, no Brasil, em

08/06/2008, na I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (convocada por meio do decreto presidencial de 28 de novembro de 2007), cabendo assinalar, no entanto, que a primazia conferida ao uso desse termo decorre, exclusivamente, do prestígio e do renome que o acrônimo LGBT adquiriu no âmbito da defesa dos direitos humanos e do combate à discriminação, sem que o seu emprego signifique indiferença ou esquecimento em relação às demais siglas também utilizadas, especialmente com o propósito de fazer incluir, em sua definição, as pessoas que se identificam como '*queer*' (LGBTQ), as pessoas intersexuais (LGBTQI), as pessoas assexuais (LGBTQIA) e todas as demais pessoas representadas por sua orientação sexual ou identidade de gênero (LGBTQI+)."



Ministro Celso de Mello -
Supremo Tribunal Federal
Créditos da foto: STF

e comunidades, a potencialidade de cada performance museológica parece estar em sua capacidade de se articular diretamente com Políticas Públicas, ou seja, no esforço permanente em superar a exposição pela exposição e a salvaguarda de memórias das elites. O que parece ser emergencial é uma Museologia interessada na superação das extremas desigualdades que afetam as pessoas dissidentes da matriz heterossexual ao aqüendar (lembrar) memórias negligenciadas com alto potencial de denúncia, mobilização e sensibilização. Para uma Museologia condizente com nossas realidades, não basta apenas sermos representadas montadas, glamurosas, exuberantes e divertidas quando iluminadas no palco (condição cara para nossa cultura, porém não exclusiva), mas, também, é preciso explorar as condições desumanas em que nos encontramos quando as luzes se apagam para, desse modo, propor uma mudança.

Como se percebe, esta Museologia está construída em oposição a uma outra Museologia que se pretende hegemônica e excludente existente na América Latina, marcada pelo excessivo empenho do campo museológico preso a uma matriz sexual onde é importante salvaguardar apenas o passado de homens, de brancos, da elite econômica e de heterossexuais.

Também não adere facilmente a uma perspectiva *Queer* colonizante e desconectada das dimensões raciais, econômicas, políticas e da ampla diversidade das comunidades sexualmente dissidentes da América Latina. Além de ser estranho às realidades locais popula-

res, o conceito *Queer* ainda distancia o debate das Políticas Públicas, sendo, portanto, um conceito que enfraquece a luta social latino-americana no campo político e jurídico, que é o que nos interessa. Por isso a Museologia LGBT vale-se da potência do conceito de *Queer of Color Critique* (FERGUSON, 2018) de modo a explorar o amplo campo reflexivo ofertado por uma crítica feita por pessoas não-brancas. Desse modo, pode-se dimensionar melhor a realidade latino-americana nas suas tensões

mais profundas do campo econômico, racial e social por meio não apenas da desconstrução da matriz heterossexual vigente nos museus (tal qual poderia propor uma abordagem *Queer* branca e elitista disposta a escamotear identidades latino-americanas), mas, sobretudo, de outras matrizes, como a racial e a econômica (intersecções fundamentais para se compreender nossa realidade).

O que denominamos Museologia LGBT é, portanto, uma escolha política, onde a sigla LGBT é potência de discussão em

Políticas Públicas, e uma escolha teórica, no caso do uso crítico do conceito *Queer* aplicado a partir de uma perspectiva interseccional, visando sobretudo a superação das desigualdades que pesam às comunidades dissidentes da matriz heterossexual hoje hegemônica.

Assim, temos visto a produção de ações e conhecimentos sobre museus, memória e Museologia LGBT fora dos grandes centros, socialmente organizada por meio da Rede LGBT de Memória e Museologia Social e academicamente reunida no Grupo de Trabalho Corpo, Gênero e Sexualidade do Seminário Brasileiro de Museologia.

O que denominamos Museologia LGBT é, portanto, uma escolha política, onde a sigla LGBT é potência de discussão em Políticas Públicas, e uma escolha teórica, no caso do uso crítico do conceito *Queer* aplicado a partir de uma perspectiva interseccional, visando sobretudo a superação das desigualdades que pesam às comunidades dissidentes da matriz heterossexual hoje hegemônica.


Nessas articulações, vemos uma Museologia capaz de pensar favela (BOITA, 2018), moradia (MACHADO, 2019), saúde (SOUZA, 2020), formação profissional (GIOVANAZ, 2019), direito à memória de pessoas trans (OLIVEIRA, 2014; UCHOA, 2020), lesbianidades (GOULART, 2013; ALVES, 2020), espaços de salvaguarda de memória (AREDA, 2020; FERNANDES, 2014; VIEIRA, 2020), cultura e lazer (RODRIGUES; IRINEU, 2014; SILVA, 2019 BRITTO; MACHADO, 2020), entre outros temas permeados pela preocupação em superar a LGBTfobia estrutural no Brasil. Em conjunto, essa recente produção e suas autorias revelam a fecundidade da relação entre Museologia, Políticas Públicas para população dissidente da matriz heterossexual e justiça social.

Ao mesmo tempo, produz-se uma nova geração decolonizada de profissionais dotados de coragem suficiente para não ficar no armário em nenhum momento da vida, sejam quais forem as circunstâncias.

O que se vê, portanto, é que estamos aí, pensando, escrevendo, fazendo, (ainda) vivendo apesar dos pesares, sem aceitar os tradicionais esforços de nos invisibilizar, em tentar nos convencer que não somos importantes, em tentar nos transformar em abjetos, em nos exterminar, em fingir que não sabem de nossos escritos, esses necroses fóbicos à vida que sofrem só de ver nossos corpos respirando, imagine só quando nos veem lacrando — não passarão, não vencerão.

Referências

- ALVES, Luciana Bozzo. “Bem-vinda à clandestinidade!”. Revista Memória Lgbt, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 4-9, Jun. 2020. Disponível em: www.memoriaslgbt.com/edicoes. Acesso em: 5 ago. 2020.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia e Comunidades LGBT: mapeamento de ações de superação das fobias à diversidade em museus e iniciativas comunitárias do globo. Cadernos de SocioMuseologia, v. 54, n. 10, 2017.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Por uma Primavera LGBT nos Museus: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo país. Museologia e Interdisciplinaridade. v. 7, n. 13, 2018.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e Museologia Social. In: BITTENCOURT, Renata. Modos de negra, modos de branca: a imagem da mulher negra na pintura do século XIX. Dissertação (Mestrado). Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- BITTENCOURT, Renata. Modos de negra e modos de branca: o retrato ""baiana"" e a imagem da mulher negra na arte do século XIX. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281434>. Acesso em: 20 maio 2020
- BITTENCOURT, R. (2018). Feminismo, arte e a representação da mulher negra. Museologia & Interdisciplinaridade, 7(13), 237-251. <https://doi.org/10.26512/museologia.v7i13.17788>
- BOITA, Tony. Cartografia das memórias desobedientes. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018
- BRITTO, Clovis Carvalho; MACHADO, Rafael dos Santos. Informação e patrimônio cultural LGBT: as mobilizações em torno da patrimonialização da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, 2020.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês (Orgs.). Museologia social: reflexões e práticas. Cadernos do CEON, v. 27, n. 41, 2014.
- CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas. Cadernos do CEON, v. 27, n. 41, 2014.
- FERGUSON, Roderick. Queer of Critical Color. In: Oxford Research Encyclopedia, Literature. Oxford University Press, 2018.



FERREIRA, Luzia Gomes. A poética da existência nas margens: percursos de uma museóloga-poeta pelos circuitos artísticos da “Lisboa Africana”. Tese de Doutorado (Doutorado em Museologia) — Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2018.

GIOVANAZ, Marlise. A sala colorida: uma reflexão sobre a participação do Curso de Museologia na Exposição “Uma Cidade pelas Margens”. Anais do IV Seminário Brasileiro de Museologia: Grupo de Trabalho Museus, Gênero e Sexualidade. Brasília, 2018.

GOULART, Treyce Ellen. Entre as mulheres, eu sou negra, entre as negras, eu sou lésbica. Revista Memória Lgbt, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 07-11, nov. 2013. Disponível em: www.memoriaslgbt.com/edicoes. Acesso em: 5 ago. 2020.

MACHADO, Rafael dos Santos. Museologia e sexualidade: imaginação museal e coletivismo LGBT da Casamor de Aracaju/SE. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; QUEIROZ, Marijara Souza de. Museologia – Substantivo Feminino: Reflexões sobre Museologia e gênero no Brasil. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, n. 5. São Paulo: SESC/SP, 2017.

OLIVEIRA, Anna Luísa Santos de. Homens Transexuais. Revista Memória Lgbt, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 20-21, fev. 2014. Disponível em: www.memoriaslgbt.com/edicoes. Acesso em: 5 ago. 2020.

PRIMO, J., & Brayner, V. (2018). Nunca mais o Silêncio. Por uma política das memórias do feminino na resistência. Museologia & Interdisciplinaridade, 7(13), 155-173. <https://doi.org/10.26512/museologia.v7i13.17782>

QUEIROZ, E. Q. (2018). Feminismo é a ideia radical de que mulheres são gente. Museologia & Interdisciplina-

ridade, 7(13), 174-186. <https://doi.org/10.26512/museologia.v7i13.17784>

RODRIGUES, Mariana Meriqui; IRINEU, Bruna Andrade. 12 anos de Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. Revista Memória Lgbt, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 14-20, Jun. 2014. Disponível em: www.memoriaslgbt.com/edicoes. Acesso em: 5 ago. 2020.

SANTOS, Suzy da Silva. Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas. 2017. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.103.2017.tde-13122017-091321. Acesso em: 2020-08-06.

SILVA, Vinícius Santos. Museologia da “fechação”: evento-território e memória entre os “viados de fanfarra” na Bahia. Anais do IV Seminário Brasileiro de Museologia: Grupo de Trabalho Museus, Gênero e Sexualidade. Brasília, 2018.

SOUZA, Alex Padilha. A construção da memória da epidemia de AIDS e seus desdobramentos: qual o lugar dos museus nessa história?. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

UCHOA, Luiz Fernando Prado. #Exposição (em Revista) Memórias de Luiz Fernando Prado Uchoa. 2020. Disponível em: <https://memoriaslgbt.com/2020/05/17/exposicao-luiz-fernando-prado-uchoa/>. Acesso em: 5 ago. 2020.

VIEIRA, Leonardo. Notas sobre iniciativas contemporâneas de co-gestão das memórias LGBT. Revista Memória Lgbt, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 10-14, Jun. 2020. Disponível em: www.memoriaslgbt.com/edicoes. Acesso em: 5 ago. 2020.

WICHERS, Camila Moraes. Museologia, feminismos e suas ondas de renovação. Revista Museologia & Interdisciplinaridade, v.7, n. 13, 2018.

Ana Audebert

(Docente no Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto)

O que é Museologia Feminista?

Julho de 2020. Vivemos em meio à crise da pandemia gerada pelo coronavírus. O prato servido todo dia é a insegurança. Estamos em quarentena. O uso de máscaras é obrigatório no Brasil e na maioria dos países. A Organização Mundial da Saúde tem protocolos para reordenar as relações sociais. Países fecharam suas fronteiras. No Brasil, o número de mortes por Covid 19 ultrapassa 80.000 e seguimos desassistidos de uma política governamental de enfrentamento à doença. As desigualdades geradas pelo capitalismo estão escancaradas devido às diferenças entre as pessoas para lidar com isolamento, distanciamento social e adoecimento. Diante disso tudo, nós mulheres resistimos, enfrentamos, cuidamos. Os dados são conhecidos. Mulheres estão na

linha de frente nas áreas da saúde, educação, na prestação de serviços essenciais e comércio. Sabemos do aumento da violência doméstica em situação de isolamento, da vulnerabilidade de meninas e mulheres. Eu quero

saber se no mundo pós-pandemia os museus vão contar nossas histórias. Eu quero saber se no mundo pós-pandemia quando os museus abordarem o que nos ocorre agora, como as mulheres serão retratadas, se nossas vozes serão ouvidas, de todas nós e de cada uma. Quero saber especialmente das desigualdades que o viés de classe social e raça

evidenciam ao fragilizar as mulheres negras, pobres, periféricas que estão mais expostas ao desemprego, à fome, ao adoecimento e à morte. Do que será propositalmente lembrado, do que será deliberadamente esquecido.

**Eu quero saber
se no mundo
pós-pandemia
os museus vão
contar nossas
histórias**

Meu ponto de partida é a experiência pessoal

Minha comunicação, assim como a grande maioria das pesquisas e estudos feministas é fruto de minhas buscas, experiências e inquietações pessoais. A experiência pessoal é o ponto de partida e é ainda o ponto de continuidade, pois minha consciência feminista me transforma, me força repensar aspectos variados, me reposiciona em lugares e não está alheia à minha trajetória e história de vida. Com minha consciência de mulher, mãe, esposa, filha, professora foi que incorporei em minha vida, pesquisas, aulas e práticas variadas o feminismo. Um feminismo eclético, penso eu. Crítico e alheio a rótulos, que me permite movimentar-me como julgo necessário e importante. É bem verdade que tenho especial interesse e apreço pelas feministas anarquistas...

Apesar de não haver no Departamento de Museologia da UFOP uma disciplina formal sobre feminismo, mulheres e museus, esse tema atravessa minhas aulas incondicionalmente. Busco deliberadamente trabalhar com referenciais teóricos e autoras mulheres, algo que na Museologia não é nada difícil, haja visto que nossa produção é majoritariamente realizada por mulheres, historicamente e atualmente. Ainda que a grande parte delas não trabalhe necessariamente na perspectiva feminista ou mesmo de gênero esse é um ponto que gosto de problematizar também. Em 2010 criei uma Linha de Pesquisa no Departamento intitulada “Museologia, museus e gênero” e desde então venho orientando monografias e projetos de pesquisa com esse enfoque. É incrível perceber como o tema ganhou o interesse da comunidade acadêmica, especialmente discente, desde 2014 mais ou menos. Importante nesse contex-

Abordar o tema, por si, não é garantia de uma abordagem crítica e emancipatória sobre as condições das mulheres ou o que Simone de Beauvoir denominou de “condição feminina”.

to é também a experiência dos Grupos de Trabalho sobre museologia, gênero, mulheres e sexualidades no Seminário Brasileiro de Museologia que nas edições de 2015, 2017 e 2019 marcaram presença ampliando os debates. Tive a oportunidade de coordenar esses Gts nesses anos respectivamente com as parcerias das colegas Elaine Muller (2015) Marijara Queiroz e Camila Moraes Wichers (2017), Mariana Sombrio e Jean Baptista (2019).

Museologia feminista

Uma Museologia Feminista existe em que bases? O que possibilita que possamos, hoje, falar, pensar e tratar da Museologia nesses termos? A adjetivação dos fazeres e saberes museológicos, sejam eles acadêmicos/e ou museais não é isento de propósitos. Ao adjetivar buscamos marcar diferenças, semelhanças, excepcionalidades, recorrências. Demarcamos uma base de sustentação que nos sirva de apoio, inspiração e que nos ofereça alguns contornos para as práticas, as teorias e os saberes que produzimos ou com os quais estamos envolvidas.

Trata-se ainda da resistência/oposição à existência de uma Museologia “única”, “a Museologia”, seja ela qual for. Entretanto, como campo disciplinar, as museologias adjetivadas são parte de um campo maior da qual não podem negar o pertencimento e da qual fazem parte inegavelmente, compartilhando em certa medida algumas referências.

Ao marcar suas distinções e especificidades, qualquer museologia adjetivada precisa, no meu entender, tentar estabelecer seus pressupostos, ou seja, precisa fazer um esforço para compreender o que a define e a diferencia de outros saberes/fazeres próximos dos quais busca se particularizar e mesmo tempo com os quais

mantém pontos de contato. Assim é que identificamos pautas comuns entre as Museologia LGBT e Feminista, pois sabemos que as relações de poder assimétricas presentes no sistema sexo-gênero em nossas sociedades marcam diferenças entre mulheres, homens e sexualidades dissidentes. Essas relações de poder assimétricas são construções sociais e culturais que contribuem para a opressão, subordinação e violência tanto para mulheres quanto para a população LGBT. Como assinalam Jean Baptista e Tony Boita “o tema LGBT é uma realidade no campo e possui a tendência de se desenvolver nos próximos anos, formando-se um ramo de pesquisa profícuo e aproximando o debate sobre sexualidade ao feminismo” (BAPTISTA & BOITA, 2018, p. 255).

Neste sentido, é preciso perguntar o que é uma Museologia feminista. Sabemos que existem muitos feminismos. O movimento, as epistemologias, as práticas e teorias são plurais, tanto no passado como agora. Também é preciso distinguir que gênero não é sinônimo de feminismo e que gênero não é sinônimo de mulher. A própria palavra mulher não pode ser tomada, como categoria, como algo universa-

lizante. Nesse sentido, é importante destacar que estudos sobre mulheres e mesmo sobre gênero não são necessariamente e automaticamente feministas. Abordar o tema, por si, não é garantia de uma abordagem crítica e emancipatória sobre as condições das mulheres ou o que Simone de Beauvoir denominou de “condição feminina”. Por vezes podem ser neutras, o que corrobora o sistema hegemônico patriarcal vigente ou podem inclusive reforçar estereótipos ou leituras acomodadas sobre lugares e papéis “femininos” na sociedade.

Muito longe de estabelecer modelos ou regras, uma possibilidade para pensarmos uma Museologia Feminista seria nos voltarmos para as recorrências ou valores que estão presentes no feminismo, em especial no latino-americano. Esses valores são um tanto mais estáveis e podem nos ajudar a pensar bases para estudos feministas na Museologia. Pois há certas características, núcleos duros ou princípios que se relacionam com a prática e ideologias feministas e que ajudam mais a descrevê-la do que defini-la. Segundo Luz Maceira Ochoa, são eles: “una meta explícita de terminar el patriarcado y



Geographic overview of women's museums. Fonte: International Association of Women's Museum. <https://iawm.international/about-us/womens-museums/geografic-overview/>

la opresión, y de empoderar o dar voz e influencia a aquellos grupos desempoderados por las estructuras patriarcales; validar formas de conocimiento distintas a los modelos “objetivos, “jerárquicos” y “autoritarios”; y un foco em la práctica, com énfasis más em el proceso que em el producto o contenido” (OCHOA, 2008).

Da mesma forma, a adoção das epistemologias e teorias feministas elaboradas em diversas áreas de conhecimento e em diferentes perspectivas trazendo-as para nosso campo, observando como nossos conceitos e história podem se alterar nessa releitura pode fornecer boas bases para uma museologista feminista. Essa foi exatamente minha experiência durante a pesquisa de doutorado quando busquei compreender os conceitos de musealidade, musealização e colecionismo à luz dos conceitos de patriarcado, androcentrismo e gênero (AUDEBERT OLIVEIRA, 2018). Na radicalidade e simplificando, uma Museologia Feminista, a meu ver, precisa estar comprometida com a luta contra o patriarcado.

Seguindo a perspectiva de Heleieth Saffioti, “o patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina” (SAFFIOTI, 2009).

Entendidos como poderosas instâncias de legitimação de poderes, discursos e identidades, os museus e suas coleções precisam ser analisados a partir dos conceitos patriarcado e também de gênero, pois são instituições e práticas que historicamente colaboram para sustentar e naturalizar as situações de desigualdade, dominação, exploração e violência contra as mulheres. A Museologia Feminista, a meu ver, tem o compromisso de empreender essa análise e trabalhar para a mudança dessa estrutura, tanto no campo dos museus quanto do patrimônio de modo mais geral.

Valores e musealidade

Museus trabalham com valores. Basicamente construímos um sistema de valores que ordenamos em discursos através da cultura material ou imaterial. Esses discursos via de regra são tomados como verdades e terminam, na maioria das vezes, por reificar a estrutura patriarcal vigente. O conceito de musealidade é importante de ser revisitado. Musealidade é a qualidade distintiva do objeto museológico que lhe destina um valor documental ou de testemunho. O valor documental do objeto museológico não é um dado em si, pronto, inerente e por isso é crucial operar a desnaturalização dos objetos e das coleções nos museus. Admitir que os critérios e os valores atribuídos a esses objetos e coleções mudam é inseri-los na dinâmica temporal, mas também crítica, salientando que o que se apresenta nos museus é fruto dos olhares das mulheres e homens que lhes conferiram o *status* de patrimônio. Esse status se modifica em função tanto da perspectiva histórica quanto das ideologias das pessoas que atuam nessas instituições. Dessa forma, entendendo a musealidade como valor atribuído que se modifica, podemos nos questionar sobre a musealidade como produto de sistemas de pensamento (SCHEINER, 2013) e avançar no sentido de apontar a musealidade como produto das relações de gênero, ou seja das relações de poder. Neste sentido, a musealidade é um conceito que precisa ser revisitado e questionado a partir da lógica androcêntrica e patriarcal presente na sociedade e nos museus.

É na relação com a memória que a musealidade atinge a potencialidade da crítica que desejamos apontar. A musealidade opera/projeta uma aderência de valores nos objetos. Esses valores estão relacionados a memórias, individuais e coletivas que os objetos e coleções passam a representar. As coleções e objetos não são a memória das coisas, dos eventos, fatos, mas uma representação concreta, possível, do passado no presente. Promovem uma manutenção, ainda que precária, que liga o tempo passado ao pre-

Sala 4 Las mujeres insurgentes



Las mujeres participaron activamente en el proceso de construcción de México. En la lucha por la Independencia destacan los nombres de Josefa Ortiz, Leona Vicario, Mariana Rodríguez del Toro, Gertrudis Bocanegra y de María Ignacia Rodríguez de Velasco y Osorio Barba, conocida como *La Güera* Rodríguez, que trascendió no sólo por su apoyo a la insurgencia, sino por transgresora al deber ser femenino. Pero hay miles de mujeres cuyos nombres se perdieron en el anonimato, que no sólo acompañaron y cuidaron a los insurgentes, alimentándolos y curándolos, sino que fueron espías y correos. Hubo las que tomaron las armas y también las que fueron botín de guerra, violadas, encarceladas o ejecutadas para someter a la insurgencia.

Museo de La Mujer do México. Sala 4. Las mujeres insurgentes. Fonte: museodelamujer.org.mx/virtual/las-mujeres-insurgentes

sente e que tem potencial para se projetar, de alguma forma, no futuro. Essa manutenção, essa memória, entretanto, é construída na relação que estabelecemos com os bens culturais. A relação que historicamente estabelecemos põe o foco no homem como agente determinante das práticas sociais e envolve numa bruma constante as atividades desenvolvidas pelas mulheres. O potencial de todo e qualquer objeto para evocar a memória das mulheres é real, mas ele não é ativado porque operamos na lógica androcêntrica.

Postos em relação e na potência de representação da memória, as coleções e objetos nos museus podem apresentar e evidenciar as mulheres em diversas práticas e atividades, questionando inclusive os limites e estereótipos a elas vinculados, colocando a experiência feminina na densidade ontológica que lhes caracteriza a existência a partir das experiências que vivenciaram historicamente e na atualidade. É preciso agir para a construção da história e das memórias das mulheres nos museus e para que se coloque também em evidência as tensões, os embates, as cicatrizes de tudo o que foi esquecido deliberadamente e que faz com que nós mulheres não se reconheçam e não se sintam representadas nas narrativas construídas pelos museus.

Museu nosso de cada dia

Até onde eu saiba não existe um museu feminista no Brasil. Também não existe um museu das mulheres. Mas os acervos de nossos museus estão repletos de cultura material que podem contar as nossas histórias. É bem verdade que de alguns anos para cá, alguns museus têm empreendido esforços para incorporar em suas exposições objetos que tragam o universo feminino para o olhar do público visitante. Nem sempre isso é feito de forma emancipatória, esse é um perigo. Um dos museus que trabalham de forma objetiva, emancipatória e crítica as histórias das mulheres brasileiras é o Museu da Pessoa. Um museu virtual e colaborativo fundado em São Paulo em 1991 e que reúne mais de 20 mil histórias de vida, além de imenso acervo fotográfico e tem coleções específicas sobre mulheres. Vale muito passear e pesquisar no museu com esse olhar para as trajetórias das mulheres. O que tenho observado, pela minha experiência, é o trabalho dos setores educativos dos museus que buscam problematizar as exposições colocando questões ligadas às mulheres ou aos debates de gênero, tentando, assim, suprir as lacunas dos discursos existentes.

Vale a pena destacar a existência da Associação Internacional de Museus das Mulheres (IAWM). Em 2019 esta instituição listou a existência de 96 museus de mulheres, sendo 19 deles virtuais, somando-se, ainda, a mais 47 novas iniciativas pelo mundo. O site da Associação é bem completo com um mapa mundi informando a localização, nome e contato de cada instituição. É muito interessante também visitar o site e escolher museus para conhecer no mundo todo e que tratam da memória e história das mulheres em contextos tão variados. Muitos apresentam exposições virtuais de seus acervos, bem como suas pesquisas. Muitos também tem um perfil em redes sociais, como o facebook e instagram e também é possível acompanhar as atividades desses museus nessas plataformas. Nesse sentido, tenho acompanhado mais de perto o Museo de las Mujeres do Chile criado em 2018 e o Museo de la Mujer do México fundado em 2011 e vinculado à Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). Ambos possuem uma perspectiva feminista marcada. O Museo de la Mujer do México, também por estar vinculado à Universidade, possui um centro de documentação e biblioteca especializada em história das mulheres e feminismo e promove muitos eventos, palestras, além das exposições de longa duração e temporárias. Ver e conhecer esses museus e tantos outros é muito inspirador e nos faz perceber também o quanto precisamos caminhar ainda no Brasil para a construção de uma política de memória das mulheres em nossos museus. Seria uma utopia apenas minha criarmos aqui o Museu das Mulheres brasileiras?

Considerações Finais

Encaminhando para o final essa breve comunicação, gostaria apenas de relatar duas pesquisas mais pontuais que venho desenvolvendo no momento e que se encontram em fase inicial e intermediária. A primeira delas é sobre *Ex Libris* de mulheres escritoras. Durante a pesquisa para o doutorado, ao anali-



sar a coleção da museóloga e indumentarista Sophia Jobim do Museu Histórico Nacional, me deparei com o *Ex Libris* dela. Tratei dele de forma breve na tese, pois não era possível naquele momento aprofundar esse tema. Agora, inspirada por ele, estou fazendo o levantamento do *Ex Libris* de algumas mulheres escritoras e dando ênfase ao de algumas museólogas como Nair de Moraes Carvalho, Jenny Dreyfus e de escritoras como Cecilia Meirelles e outras mulheres intelectuais brasileiras pouco conhecidas. O *Ex Libris*, para quem não conhece, é um objeto de cultura material muito interessante. Espécie de selo de propriedade feito em variadas técnicas, geralmente gravura, e que é colado na antecapa dos livros da biblioteca da intelectual e que ilustra sua ideologia, seu gosto artístico, dentre outras informações da proprietária em

algo um pouco maior que um selo. São objetos que ajudam a rastrear as redes de relações entre mulheres, pois há na biblioteca de algumas, livros com Ex Libris de outras. A outra pesquisa é um projeto de iniciação científica apoiado pela Pró-Reitoria da Pesquisa (PROPP) da UFOP. Nessa pesquisa conto com a discente em Museologia da UFOP Arianne Campos que é bolsista de iniciação científica no projeto. Partimos da ideia de que a cidade de Ouro Preto foi constituída como patrimônio dentro de perspectivas discursivas elaboradas principalmente por homens. Observa-se historicamente a produção imagética e textual que desde o início do século XX coloca a cidade como "reliquia", "monumento" e "patrimônio" construída pelo olhar de memorialistas, viajantes, intelectuais, artistas e

gestores homens justificando ações preservacionistas e de musealização. Importa destacar que as mulheres produziram discursos sobre Ouro Preto e sua perspectiva patrimonial. A pesquisa analisa a produção publicada em livro de quatro autoras mulheres: Eponina Ruas, Lucia Machado de Almeida, Maria Aracy Lessa e Maj Gustafson. Todos os livros em questão tratam exclusivamente de Ouro Preto. Nosso principal objetivo é compreender o discurso memorialístico elaborado por elas sobre a cidade e seu patrimônio. Assim fazemos nossa Museologia Feminista no momento, mas quantos outros caminhos podem ser feitos... há quase tudo a ser pesquisado, revelado e questionado sobre mulheres, museus e seus patrimônios em nossa terra que tem palmeiras e onde canta o sabiá...

Referências

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Por uma Primavera LGBT nos Museus: entre muros, vergonhas nacionais e sonhos de um novo país. *Museologia e Interdisciplinaridade*. v. 7, n. 13, 2018.

OCHOA, Luz Maceira. *El sueño y la práctica de si. Pedagogia feminista: una propuesta*. México, D.F: El Colegio de Mexico, Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de. *Gênero, mulher e indumentária no museu: a Coleção Sophia Jobim do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

SAFFIOTI, Heleieth. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Estudos e Ensaio, FLASCO-Brasil, 2009.

SCHEINER, Teresa. *Museu, Museologia e a 'Relação Específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal*. In: *Ciência da Informação (Online)*, v. 43, n. 3 p. 358- 378, set/dezembro, 2013.

WICHERS, Camila Moraes. *Museologia, feminismos e suas ondas de renovação*. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v.7, n. 13, 2018.

<https://acervo.museudapessoa.org/pt/home>. Acesso em 21 de julho de 2020

<https://iawm.international/>. Acesso em 21 de julho de 2020

<https://www.facebook.com/MuseodelaMujerMexico>. Acesso em 23 de julho de 2020

<https://museodelasmujereschile.cl/>. Acesso em 23 de julho de 2020

<http://museodelamujer.org.mx/virtual/>. Acesso em 23 de julho de 2020

Agradecemos pelo
financiamento deste projeto.

Com a ajuda de vocês arrecadamos
R\$ 2150,00 reais!

Equipe Revista Memórias LGBT



Alexandre Gaspari

Aparecida Paiva

Augusto César Francelino da Silva

Benito Bisso Schmidt

Camilo Braz

Cassiano Ricardo Martines Bovo

Cesar Silva Barcelos Junior

Eder Ahmad Charaf Eddine

Eliane Martins de Freitas

Eliane Muratore

Gabriel Andrade de Freitas

Gabriel Thier

Geyzon Dantas

Inês Cordeiro Gouveia

Jezulino Lucio Mendes Braga

Luciana Alves

Luiz Gonzaga Morando Queiroz

Manuelina Maria Duarte Cândido

Marcelo Araujo

Maria Luiza Rodrigues Souza

Ronaldo Oliveira

Simone Ramos

R.M.

Tatielle Brito Nepomuceno.

Ensino em Museologia e problemáticas metodológicas para uma Museologia LGBT: caminhos para uma política de acervos no Museu da Diversidade Sexual

Thainá Castro

(Docente no bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina)



Muito provavelmente sempre haverá mulheres que caminham com mulheres, mulheres que vivem com homens, homens que escolhem homens. Eu trabalho em prol de um tempo em que mulheres com mulheres, mulheres com homens, homens com homens, todos compartilharão o trabalho num mundo que não os faça trocar o pão nem a identidade pela obediência, nem a beleza nem o amor. (LORDE, 2019, p. 98-99)

Este ensaio surge das inquietações entre a sala de aula e os demais pontos da atuação da Universidade, a saber: pesquisa e extensão. Especificamente, nasce da discussão sobre a composição da Museologia no Brasil no que diz respeito à construção de discursos históricos e artísticos cisgêneros, heteronormativos e racistas. Tal problemática surge no curso de graduação em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a partir do diálogo entre o corpo docente e discente para a construção do evento *Museus e Resistência*.¹ Na ocasião muitos alunes questionavam se haveria algum museu que contemplasse a discussão de gênero e sexualidade como política principal da instituição, e não apenas como política de inclusão, foi nesta busca que conhecemos o Museu da Diversidade Sexual.² O questionamento, levantado pelo diálogo entre alunes e professores originou debates sobre a representação LGBT nas referências bibliográficas, em estudos de caso, em políticas de gestão de acervos e direito de memória. Para embasar estes debates o Museu da Diversidade Sexual compôs uma mesa no referido evento no ano de 2018. O contato com o MDS proporcionou ao curso compreender como teorias, técnicas e principalmente metodologias museológicas poderiam ser desenvolvidas para a promoção da cidadania, efetivando a função social dos museus, amplamente debatida pela bibliografia formativa do curso, porém sem a objetividade de análise de grupos específicos.

A existência do Museu da Diversidade Sexual por um lado concretizou questionamentos e debates teóricos e por outro lado revelou uma realidade do campo museológico: a ausência do debate sobre gênero e sexualidade nos museus brasileiros. Tal perspectiva, aqui analisada pela perspectiva de diversidade sexual e identidade de gênero, poderia abranger ainda outros recortes, tais como raça e classe, proporcionando outros espectros para análise da formação museológica brasileira calcada em uma história pouco diversa, denominada por Chimamanda Adichie como uma história única.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer com que ela seja sua história definitiva. (ADICHIE, 2012: 22-23)

O questionamento dos alunes do curso de Museologia da UFSC em 2018 partia da compreensão de que grande parte dos museus brasileiros se valia de um discurso de história única em relação às discussões de diversidade sexual e identidade de gênero, ponto que nos parece verídico mas que não pesquisamos profundamente, no entanto refletindo sobre o processo formativo destes alunes passamos a nos questionar de que maneira a formação em museologia reproduz histórias únicas sobre gênero, raça, classe e diversidade sexual ainda hoje.

O curso de museus criado no Museu Histórico Nacional em 1932 contava com a seguinte grade curricular: 1º ano: *História política e administrativa do Brasil (período colonial)*. *Numismática (parte geral)*. *História da Arte (especialmente do Brasil)*. *Arqueologia aplicada ao Brasil*. 2º ano: *História política e administrativa do Brasil (até a atualidade)*. *Numismática (brasileira) e sigilografia*. *Epigrafia*. *Cronologia*. *Técnica de museus*. (BRASIL, 1932: 4.414). Mais de 90 anos nos separam deste modelo formativo, no entanto sua construção revela

pontos basilares a muitas grades curriculares de cursos de Museologia ainda hoje, com disciplinas do campo da História, História da Arte e Arqueologia. A disciplina Técnica de Museus abrange museologia e museografia e foi expandida com a reforma curricular de 1944, transformando-se em três disciplinas que abordavam organização, arrumação, classificação, catalogação, adaptação de edifícios e noções de restauração, cronologia, epigrafia, paleografia, diplomática, iconografia e bibliografia, estudos práticos em museus históricos e de belas-artes. Cabe ressaltar que o caráter técnico não se desnuda de teoria em sua constituição, afinal a disciplina Técnica de Museus *terá como introdução o estudo das finalidades sociais e educativas dos museus* (BRASIL, 1944) posicionando os museus como aparelhos ideológico-culturais, de modo que podemos perceber a partir dos recortes técnicos e disciplinares aspectos sobre quais patrimônios seriam salvaguardados, quais compunham o ideal de nação, que identidades seriam preservadas a partir da musealização e que objetos adentrariam os espaços dos museus.

Compreender a formação dos museus e da Museologia no Brasil nos traz a emergência da responsabilização dos aparelhos culturais no combate aos discursos de discriminação e invisibilização LGBT. Levantamos a hipótese de que a formação em Museologia ao longo do século XX se restringiu a uma discussão normativa - no que diz respeito às questões LGBT - de modo que as metodologias museológicas refletiriam a ausência desta discussão, de sorte que seria importante refletir sobre a construção de metodologias que dessem conta deste debate na prática.

Foi neste contexto que criamos em 2020 o projeto de extensão Acervo e diversidade: mapeamento e política de acervo em museus cujo objetivo central é criar uma política de acervo para o Museu da Diversidade Sexual. O projeto em questão tem como princípio a criação da política de acervos como ferramenta eficiente de gestão, acolhendo as especificidades de seus

públicos e colaboradores, de modo a considerar aspectos centrais para a representação digna das identidades representadas pelo museu, cumprindo assim sua função social. Procura, portanto, “articular a relação entre a memória LGBT com museus e o patrimônio”, entendendo este movimento como “uma ação cidadã interessada em colaborar na superação de fobias à diversidade sexual impregnadas na cultura nacional” (BAPTISTA; BOITA, 2017, p.111).

A normatização de termos e técnicas no campo dos museus por vezes cumprem a função de preservar de forma eficiente, porém não raro sobrepondo discussões importantes sobre a identidade da instituição e seus públicos, cuidado destacado desde a década de 1980 pela museóloga Fernanda Camargo-Moro em sua publicação sobre documentação museológica e atualizada por Renata Padilha que defende que

Os acervos dos museus refletem o patrimônio cultural e natural das comunidades de onde provêm. Dessa forma, seu caráter ultrapassa aquele dos bens comuns, podendo envolver fortes referências à identidade nacional, regional, local, étnica, religiosa ou política. Conseqüentemente, é importante que a política do museu corresponda a essa possibilidade. (PADILHA, 2014:23)

Compreender as ferramentas da Museologia em suas origens e funções é um exercício necessário à prática museológica, essencial para o cumprimento das missões dos museus para com seus públicos. Tal perspectiva é aplicada a construção de uma política de acervos para o Museu da Diversidade Sexual na medida em que não concerne que apenas o museu se adapte a uma normatização da Museologia no sentido de refletir sobre seus processos de aquisição, gestão e alienação de acervos, mas interessa principalmente que estes processos sejam dialógicos a linguagem e identidade do museu.

Referências

1 Museus e Resistência é um evento anual, criado em 2018, com cunho acadêmico organizado na Coordenadoria Especial de Museologia da UFSC por docentes e discentes, em parceria com o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC, para discutir temas contemporâneos da Museologia, especificamente novas metodologias e tipologias de museus.

2 Criado em 2012 pela secretaria de cultura de São Paulo, é o primeiro museu da América Latina a ter como tema central a Diversidade Sexual e a valorização da cultura LGBT

ADICHIE, Chimamanda. O perigo de uma única história. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 108-119, 2017.

BRASIL. Decreto nº 21.129, de 07 de março de 1932. Cria no Museu Histórico Nacional o Curso de Museus. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 15 de março de 1932. Seção 1, p.4.414.

LORDE, Audre. Irmã outsider: ensaios e conferências. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação museológica e gestão de acervo. Coleção Estudos Museológicos. Fundação Catarinense de Cultura: Florianópolis, 2014.



EXPERIÊNCIAS do Curso de MUSEOLOGIA da UFRGS no UNIVERSO LGBT

Marlise Giovanaz

(Docente do Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

A partir do mês de maio deste ano (2020) todos temos tido a possibilidade de pensar e estudar diversas questões que emergiram junto ao movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam - movimento gerado após o assassinato do afro americano George Floyd por um policial, em uma abordagem na cidade de Minneapolis, EUA, no dia 25 de maio de 2010). A morte de um cidadão, transmitida ao vivo, realizada por um representante do Estado, permitiu que fossem postos muitos questionamentos e manifestações por parte da sociedade civil. Afinal, quais vidas realmente importam? Qual História realmente representa a sociedade?

Um dos pontos principais que pautaram os debates posteriores a este acontecimento foi o ataque a monumentos públicos, apontados como sendo testemunhos de uma história narrada por sujeitos brancos, capitalistas e heteronormatizados. Esta é de fato a história contada por estes marcos, chamados por Le Goff (1996) de documentos monumentos, espalhados cuidadosamente pela cidade. Qualquer observador da cidade pode, sem muito esforço de catalogação, perceber a quase total ausência de

mulheres, de negros e de representantes dos grupos LGBT nestas homenagens públicas. Em geral estes monumentos se legitimam no discurso histórico oficial, que se apresenta como uma narrativa sobre o passado, fundamentada em fontes, que lhe conferem verossimilhança e sentido. Porém, cabe perguntar: como são escolhidos estes heróis? Como são selecionadas estas fontes documentais ou materiais? Em que

contexto histórico aquele monumento foi erigido? Por quem? Todas estas perguntas devem ser feitas a todos documentos históricos, atitude que nos possibilita uma leitura crítica deste processo.

Possivelmente teríamos a mesma impressão ao analisarmos os acervos museológicos existentes em nossos

museus históricos, estes testemunhos do passado, alguns selecionados cuidadosamente, outros que resistiram pelo acaso, atestam narrativas muito semelhantes. Todos os grupos sociais que foram marginalizados, seja pela economia, pela moralidade ou pelo discurso médico, têm dificuldades em colocar-se na história, pois os acervos documentais e de objetos praticamente não os contemplam. Como já alertava Mariuzzo em 2016, qual lugar ocupam as mulheres, os negros, os gays nos espaços

Todos os grupos sociais que foram marginalizados, seja pela economia, pela moralidade ou pelo discurso médico, têm dificuldades em colocar-se na história

museológicos? A autora questiona em seu texto as escolhas que determinaram a constituição dos acervos e exposições museológicas e propõe a museologia de gênero, em uma tentativa de ocupar esses espaços para reverter essas ausências em afirmação de identidades femininas, LGBT ou étnico-raciais.

Como confirma o estudo de Boita (2014) atualmente ainda é quase nula a existência de museus dedicados às temáticas LGBT, o que temos visto é uma progressiva consolidação de acervos, em geral associados a grupos de militância, que certamente valorizam o papel destes na construção de uma cidadania LGBT. A temática tem aparecido na última década a partir de exposições temporárias em diversas partes do país e se consolidou em 2012 na criação do Museu da Diversidade na cidade de São Paulo.

O campo museológico também se transformou muito nos últimos 50 anos, principalmente devido ao advento da Museologia Social, o espaço de trabalho e de atuação da museologia em geral foi ampliado e estendido a muitos grupos que se encontravam à margem dos museus. A proposta da Museologia Social, de realizar um diálogo com as comunidades e os grupos que se encontravam antes excluídos do discurso museológico, já vem gerando impactos no campo há algum tempo (BAPTISTA; BOITA, 2017).

Tive a oportunidade de fazer parte do grupo que criou o Curso de Museologia na UFRGS, em 2008. Naquele primeiro momento, contando ainda com pouquíssimos profissionais museólogos, o espaço para a reflexão sobre a temática LGBT não foi contemplado com o devido espaço. Porém, é na caminhada que se realiza o aprendizado, e foi pelos desafios que nos foram apresentados, seja pelos alunos, seja pela sociedade em geral que este tema passou a ser tratado, debatido e se tornado objeto de exposição e de acervo em nosso grupo de trabalho. Não considero que o debate sobre gênero e sexualidade deva restringir-se a um conteúdo curricular, porém é importante que também neste aspecto os futuros museólogos tenham

a oportunidade de conhecer o debate acadêmico e a produção bibliográfica já produzida. O Curso de Museologia da UFRGS estabeleceu uma disciplina inicialmente no formato optativo e a partir de 2019 em caráter obrigatório, chamada Museologia e Diversidade, que pretende oferecer aos discentes um panorama inicial deste debate. Obviamente não se pretende esgotar estes temas em 60hs aula, porém é já um primeiro passo. Além disto, também foi considerado no Projeto Pedagógico do Curso este tema como transversal, o que permite que a abordagem seja diluída em diferentes experiências dentro do currículo.

A solução mais utilizada pelo nosso grupo de professores tem sido o trabalho a partir de Projetos de Extensão. Nos últimos quatro anos o Curso de Museologia participou de duas exposições que deram conta do tema LGBT. Nos dois eventos contamos com uma parceria importante, o *nuances* – Grupo pela Livre Expressão Sexual, associação criada na cidade de Porto Alegre em 1991, que se consolidou como um dos principais representantes do movimento político e de representação da comunidade LGBT no Rio Grande do Sul. O Curso de Museologia foi convidado pelo grupo *nuances* a participar do processo de curadoria compartilhada de uma exposição (Figura 1) proposta e liderada pelo Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (MJJF), instituição municipal que era comandada naquele momento pela diretora Letícia Bauer. Como relata Bauer (2018), diretora do MJJF, a curadoria optou pela concepção da narrativa expositiva a partir de dois eixos: a trajetória de indivíduos LGBT que se destacaram na luta pela garantia de direitos civis; e por outro lado na identificação de territórios ocupados pela comunidade LGBTI na cidade de Porto Alegre (BAUER; BORGES, 2018). Além do MJJF e *nuances*, participaram também o Memorial da Justiça Federal, o grupo Igualdade (Associação de Travestis e Transsexuais do RS), a Pró Reitoria de Extensão, o PPG História e o Curso de Museologia, os três últimos como representantes da UFRGS.



Convite Exposição “Uma Cidade pelas Margens” Arte para Convite a partir de fotografia do acervo da Fototeca Sioma Breitmann, MJJF, 2016.

Esta foi uma exposição temporária, que teve a duração de em torno de 40 dias. Este evento foi provavelmente a primeira atividade com esta temática a ocorrer em uma instituição museológica no RS. Foi uma oportunidade aos docentes e discentes de nosso grupo em trazer ao debate a temática LGBT e sua relação com a História e com a Museologia.

Não devemos esquecer que no ano seguinte foi realizada no Santander Cultural de Porto Alegre a Exposição QueerMuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira (MENDONÇA, 2017), que foi fechada após pouco mais de 20 dias de sua abertura depois de ataques de grupos conservadores diretamente no espaço expositivo e também em redes sociais. A exposição “Uma Cidade pelas Margens” de 2016, acontecida menos de um ano antes, não provocou nenhuma reação parecida, ao contrário, foram recebidos e registrados muitos relatos de acolhida à temática e à iniciativa como um todo.

Em 2018 o *nuances* novamente procurou o Curso de Museologia da UFRGS com o intuito

de realizar uma exposição comemorativa aos 50 anos da Revolta de Stonewall. O Curso como um todo se mobilizou e optou por formar um grupo de docentes, técnicos e discentes para realizar esta atividade em formato de Projeto de Extensão, que aconteceu no espaço do Memorial do Rio Grande do Sul, prédio ao lado do Santander Cultural, onde havia acontecido a exposição fechada em 2017.

Em 18 de junho de 2019 foi aberta a Exposição “De Stonewall ao nuances: 50 anos de ação” (Figura 2), com curadoria do Curso de Museologia da UFRGS em parceria com o grupo *nuances*. Foi uma exposição temporária que recebeu mais de 3000 visitantes e que teve uma segunda edição realizada no mês de novembro de 2019 na cidade de Pelotas.

As duas experiências apontadas anteriormente são ainda pouco do que podem oferecer os cursos de Museologia à sociedade em geral e especialmente à comunidade LGBT. Para que a ausência da diversidade social seja superada é preciso dar visibilidade a todos os grupos



Grupo da curadoria/ Museologia UFRGS na abertura da Exposição. Foto: Ronaldo Milanez, acervo do Curso de Museologia UFRGS, 2019.

marginalizados, seja economicamente, seja socialmente. Os campos da História e da Memória precisam reinventar-se para dar conta de uma gama mais ampla de narrativas. A consolidação de acervos materiais e documentais mais diversos é fundamental neste processo.

Durante a exposição realizada em 2019 um passo foi dado, o acervo de cartas enviadas ao Nuances durante seus 29 anos de existência passaram a estar disponíveis à pesquisa no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Ainda no ano de

2019 o Núcleo de pesquisa Histórica da UFRGS digitalizou e tornou acessível todos os exemplares do Jornal do Nuances (<https://www.ufrgs.br/nphdigital/acervo/>), que está com sua coleção completa disponível à pesquisa. Porém, o nuances é somente um dos grupos que atuam no estado, há inúmeros outros, que constituíram acervos, realizaram atividades, produziram conhecimento. São poucos os museus e arquivos que tem se mostrado dispostos a realizar a guarda destes materiais, até quando?

Referências

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos. Revista Eletrônica Ventilando Acervos. Florianópolis, volume especial, n.1, p.132-146, 2017.

BAUER, Letícia; BORGES, Viviane. “Outras Memórias, Outros Patrimônios: desafios de fazer com e para os sujeitos envolvidos”. História Oral e Patrimônio Cultural. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

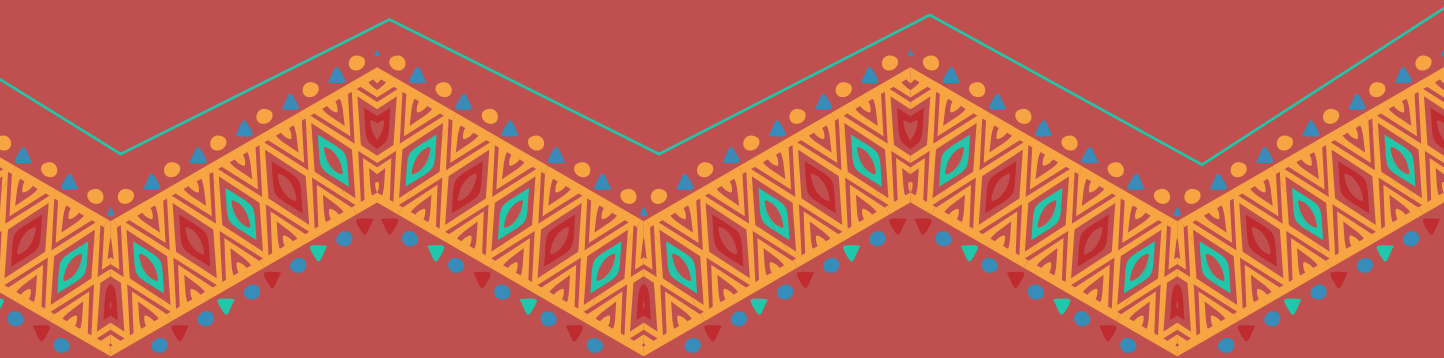
BOITA, Tony. Memória LGBT: mapeamento e musealização em Revista, 2014, 62p. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Museologia. Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2014.

LE, GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

MARIUZZO, Patrícia. Os Desafios da Museologia de Gênero. Ciência e Cultura, v.68, n.4, São Paulo, 2016.

MENDONÇA, Heloísa. QueerMuseu: o dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. El País Brasil, 13/9/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html Acesso em 20/7/2020.

As grafias de mulheres negras como construtoras de narrativas imagéticas das memórias afrodiaspóricas



Luzia Gomes Ferreira

(Poeta, Docente do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Pará)

Negras Grafias do Amor, do Cuidado e da Cura

Neste diálogo grafado no papel, é importante salientar que apesar da Museologia e dos museus no Brasil terem um número expressivo de mulheres em atuação, os campos museológico e museal, excetuando raras exceções, ainda não produzem epistemologias antissexistas e antirracistas em diálogo profundo com os feminismos em geral e com o feminismo negro em específico. E é por esta lacuna que o espaço do *II Seminário Brasileiro de Museus, Memória e Museologia LGBTQ+ Feminista*, se torna de suma importância para ampliarmos os nossos olhares enquanto profissionais atuantes na Museologia e nos museus. Dito isto, centrarei as minhas reflexões no trabalho coletivo em desenvolvimento, coordenado por mim, sobre as escritas literárias de mulheres negras.

Amparada e acolhida nas palavras e pensamentos de mulheres negras como: Alice Walker, Ana Maria Gonçalves, Angela Davis, Audre Lorde, Beatriz Nascimento, bell hooks, Bia Leonel, Carolina Maria de Jesus, Carla Akotirene, Cecília Soares, Chimamanda Ngozi Adichie, Cidinha da Silva, Conceição Evaristo, Eliana Alves Cruz, Fabiana Mendes, Fatou Diome, Felicidade Maria, Gaiaku Luíza Franquelina da Rocha, Geni Guimarães, Grada Kilomba, Joseania Miranda Freitas, Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Livia Natália, Lysie Reis, Maíra Zenun, Maria Aparecida Bento, Maya Angelou, Neusa Santos Souza, Paulina Chiziane, Renata Felinto, Rosana Paulino, Roberta Tavares, Rosane Borges, Sueli Carneiro, Teresa Cárdenas, Toni Morrison, Zélia Amador de Deus, minha avó Helena de Jesus, entre tantas outras negras mulheres que poderiam ser citadas aqui, trago para esta gira das palavras, a ancestralidade da minha gente. Celebro as existências dessas mulheres negras

em minha vida pessoal e profissional, e louvo os seus pensamentos e ações práticas na inabalável crença de que é possível construir um outro mundo para as nossas existências enquanto povo negro.

Nas encruzilhadas acadêmicas e artísticas sigo como água corrente entre rocha rasgada, guiada pela lama viva da Nanã habitante no meu Orí, mirando o mundo através do Abebé D'Oxum reinante em meu corpo, embalada pelo mar materno de Yemanjá, aconchegada nas travessias das ventanias e calmarias de Oyá, protegida pela Pomba Gira atuante no espaço público da rua e armada com a flecha destemida da Cabocla que lutou por liberdade. Vou por aí traçando mapas de amor e aconchego para descansar na sombra do Baobá, avistado em Dakar e musealizado nas estradas dos meus afetos.

Desde 2009, sou docente na Faculdade de Artes Visuais (FAV/ICA/UFPA). As artes anunciam, denunciam, afirmam, projetam, enfeiam, embelezam a vida vivida no momento presente e traçam linhas sinuosas para o porvir. No exercício da docência identifico a permanente invisibilidade dos pensamentos negros, tanto nos componentes curriculares dos projetos pedagógicos de cursos, nos planos de ensino, quanto no campo epistemológico da Museologia e das Artes. Entendo como pensamentos negros os atos e gestos dos corpos negros inscritos nos espaços acadêmicos e não acadêmicos, artísticos e não artísticos que têm como pauta as existências negras em toda a sua pluralidade com dignidade humanizadora. A constatação da ausência, levou-me a procurar outras referências que apresentassem uma epistemologia negra, um olhar negro sobre o mundo produzidos por corpos afrodiaspóricos e africanos, uma estética negra da palavra.

O meu ofício de leitora e poeta fez-me a trilhar os caminhos de letras das prosas e poesias de mulheres negras. Essas grafias negras ofertam um mosaico com vários marcadores sociais de diferença trabalhados nos campos

epistêmicos das Ciências Humanas e Sociais, e das Artes. Contudo, com o diferencial de que são corpos negros narrando, (re)-construindo outras imagens de si, das suas e dos seus a partir das palavras, e assim reconfigurando a ideia de “universal”. E nesse momento, as escritas dessas autoras negras tornam-se uma “fala como lugar”, conforme nos alerta Rosane Borges (2020). São vozes que ecoam das geografias da pele para o papel, reverberando outras inscrições de vida no mundo. Para bell hooks:

Sem dúvida, a falta de respostas críticas humanizadas tem tremendo impacto no escritor de qualquer grupo oprimido, colonizado, que se esforça para falar. Para nós, a fala verdadeira não é somente uma expressão de poder criativo; é um ato de resistência, um gesto político que desafia políticas de dominação que nos conservam anônimos e mudos. Sendo assim, é um ato de coragem – e, como tal, representa uma ameaça. Para aqueles que exercem o poder opressivo, aquilo que é ameaçador deve ser necessariamente apagado, aniquilado e silenciado. (hooks, 2019, p.36-37).

Faz-se necessário olhar para os saberes construídos por mulheres negras, evidenciando a possibilidade de termos outras narrativas imagéticas palavradas sobre as nossas memórias, histórias e trajetórias constituintes das nossas existências de dores sufocadas, mas também de ternuras geradas na beleza ancestral do nosso viver. Nesse sentido, a escrita literária pode ser entendida como um lugar de autoria, autonomia, enunciação, emancipação e do exercício das subjetividades. Grada Kilomba nos diz:



Foto: Íris Viana

Eu sei que enquanto escrevo, cada palavra que escolho será examinada, e, talvez até invalidada. Então por que escrevo? Porque sim. Eu estou envolta numa história de silêncios impostos, vozes torturadas, línguas despedaçadas, idiomas forçados, e discursos interrompidos. Eu estou rodeada de espaços brancos nos quais eu mal posso entrar ou permanecer. Então por que escrevo? Eu escrevo, quase como uma obrigação, para me encontrar. Enquanto escrevo, eu não sou o 'Outro', mas o eu, não sou o objeto, mas o sujeito. Eu torno-me a que descreve, e não a descrita. Eu torno-me a autora, e a autoridade da minha própria história. (KILOMBA, 2017, p. 74-75).

Como poeta, museóloga e professora numa Faculdade de Artes Visuais, atento-me para o poder devastador ou emancipador da imagens. Rosane Borges, nos fala: “Num mundo em que o Olhar se tornou o neovalor do capital, como pensar as políticas das imagens, as relações de poder em torno dos regimes de visibilidade?” (BORGES, 2019, p. 12). É sabido que historicamente, as raras imagens das mulheres negras criadas nos campos das artes plásticas e visuais, do cinema, da literatura e dos museus ocidentais, são majoritariamente da autoria de homens brancos a serviço do colonialismo e da colonialidade. E isso por si só, já implica em um sério problema de representação e representatividade. Por outro lado, as imagens também contribuem para as construções de nossas subjetividades. É possível afirmar que não há imagens inocentes ou imparciais. As imagens são atos e gestos políticos das pessoas diante da vida, logo, elas passam

sim, por um processo de elaboração e intenção. Toni Morrison, nos lembra:

Tinha esquecido o poder das imagens arraigadas e da linguagem estilosa para seduzir, revelar, controlar. Tinha esquecido também sua capacidade de nos ajudar a dar continuidade ao projeto humano, que é permanecer humano e impedir a desumanização e a exclusão dos outros. (MORRISON, 2019, p. 62).

É possível considerar que se as literaturas classificadas como “cânone”, ainda apresentam estereótipos discriminatórios referentes as construções de personagens e imagens das pessoas negras, as obras das prosadoras e poetas negras são detentoras de um “estatuto dos fundamentos”, que nos ofertam plurais matri-

O Xirê Literário é um espaço de voz e escuta respeitosa para as mulheres negras que muitas vezes são silenciadas nos espaços hegemônicos. A proposta é apresentarmos saraus poéticos de emancipação artístico-cultural com fortalecimento dos afetos e cuidados entre nós, mulheres negras.”

zes de pensamentos, conforme afirma Rosane Borges (2020). Borges, ressalta: “A literatura oferece uma janela para politizar o mundo.” (BORGES, 2020). As literaturas de mulheres negras podem ser compreendidas como poéticas de contra narrativas históricas da escrita e da imagética sobre os corpos negros. Ainda hoje, nos vemos diante de um enfrentamento cotidiano para termos as escritas de teóricas negras e teóricos negros fazendo parte dos nossos currículos e planos de ensino na academia. Há uma permanência sofisticada e perversa do apagamento de escritoras negras e escritores negros, especialmente quando suas produções partem do seu “eu” enunciador e se propõem a refletir sobre o coletivo heterogêneo que é a população negra na diáspora. Segundo Angela Davis:

[...] pessoas da academia são treinadas para temer o inesperado, mas ativistas também sempre querem ter uma ideia muito nítida de nossas trajetórias e nossos objetivos. Em ambas as instâncias, queremos controle. Queremos controle, de forma que muitas vezes nossos projetos no ativismo e na academia são formulados apenas para reafirmar o que já sabemos. Mas isso não é interessante. É entediante. Então, como permitir surpresas e como torná-las produtivas? (DAVIS, 2018, p. 98).

Concordando com Angela Davis (2018), tenho refletido academicamente sobre o “[...] reafirmar o que já sabemos [...]” em nossos projetos, artigos, currículos e planos de ensino. Por exemplo, temos conhecimento de que romper com o racismo e o sexismo estrutural e institucional, tem sido uma tarefa árdua para as mulheres negras dentro e fora da academia, pois,



Foto: Íris Viana

ainda não desativamos o sistema de poder que nos oprime, nos silencia e nos mata. Porém, para além das críticas as teorias, ensino e artes epistemicidas em vigência, é necessário buscar o inesperado, conforme Davis sinaliza. Nesse sentido, as artes em suas transdisciplinares linguagens, são um dos lugares da surpresa poética criativa. Ao trazer as escritas literárias de escritoras negras para à área da Museologia, é uma forma de desatar os nós opressores e criar laços d'água de cuidado, cura, amor e reconfiguração teórica. É uma possibilidade cuidadosa de pluralizar as narrativas escritas e imagéticas do povo negro.

Na maior parte do tempo visualizo na Museologia e nos Museus uma tentativa de adequar um pensamento pretensamente descolonizador no campo teórico e prático, que na

maioria das vezes, ainda seguem imersos em legados coloniais, fomentando a colonialidade. É preciso se atentar que na maior parte do tempo dentro e fora da academia, sujeitas negras e sujeitos negros, não são escutadas e escutados, bem como não possuem ações de decisão nos espaços reconhecidos e legitimados como lugares de “poder”. Ainda temos de juntar os caquinhos das memórias traumáticas ressoadas em nossos corpos negros, porque o passado insiste em se reatualizar no presente e segue consolidando traumas históricos com seus fantasmas coloniais.

No Brasil não podemos esquecer os discursos construídos sobre a população negra nas ciências, nas artes e nos museus. Evidentemente, que as pessoas brancas herdeiras e herdeiros dos colonizadores e das colonizadoras ocupan-



Foto: Maryori Cabrita

do espaços de poder, cristalizaram através da escrita e das imagens a “suposta passividade” do povo negro durante o violento sistema da escravidão, a “lascividade” e “brutalidade” da mulher negra e a “animalidade versus criminalidade” do homem negro. Ainda hoje temos de construir estratégias para desconstruir esse imaginário social incrustado na memória de longa duração do país. Por isso, a importância de se reconhecer outras plataformas de memórias para além das oficializadas pelo Estado. É nesse sentido, que também penso as escritas literárias de autoras negras como inscrições de memórias construtoras de olhares humanizadores com evidência das resistências, subjetividades, complexidades e singularidades das vidas negras.

Compreendo as artes como produções de conhecimentos plurais, diluidoras das fronteiras epistêmicas. As artes literárias de mulheres negras podem fundamentar propostas construtivas de epistemologias antirracistas e antissexistas

na contemporaneidade. A Literatura não pode e nem deve ser vista como um apêndice da “ciência” e sim, uma interlocutora transdisciplinar que rompe com as fronteiras teóricas e metodológicas, contribuindo para desconstruir a limitação da nossa percepção de mundo na vida acadêmica. Para as prosadoras e poetas negras, escrever literatura não deixa de ser um ato político e revolucionário. Para as pessoas negras e brancas essas escritas se tornam uma ferramenta política de descolonização das mentes-corpos.

Encruzilhando Caminhos para o Porvir

As nossas mais velhas e os nossos mais velhos investiram para que muitas e muitos de nós dominássemos o código da escrita e assim escrevêssemos outras histórias com a dignidade que nos foi usurpada pela supremacia branca. Essas escritas são a materialização da luta secular para existirmos no continente

americano, estruturalmente racista e aniquilador das nossas teorias, artes e corpos. É mais do que urgente ampliarmos os nossos olhares e pensamentos para compreendermos que há séculos as populações negras diaspóricas constroem conhecimentos e os preservam. Sem sombras de dúvidas a principal ação de preservação do povo negro foi encontrar estratégias de manter-se vivo dentro de Estados genocidas, como o Brasil e o Estados Unidos, por exemplo.

As imagens construídas pelas artes literárias de mulheres negras contribuem para ultrapassarmos as barreiras teóricas e construirmos na prática atos políticos de desmantelamento do racismo e do sexismo cotidiano dentro e fora da academia. Essas obras são elaborações e intenções constantes do repensar a si mesmo, o

seu grupo racial e a relação com a sociedade na qual esse corpo negro se insere e se inscreve.

As prosadoras e poetas negras criam artes desativadoras das imagens de controle do corpo negro dentro e fora da academia. Contribuem para abalar as estruturas normativas do cisheteropatriarcado, que secularmente oferta o descrédito às nossas existências. Ao questionar e propor outras narrativas de escritas-imagéticas, essas negras grafias constroem caminhos coletivos rumo a um processo de descolonização das nossas epistemologias, currículos, planos de ensino, artes e museus; são possibilidades de cura para as feridas inflamadas pela colonialidade vigente, adocedora das nossas subjetividades; são conhecimentos plurais transeuntes nos diferentes tempos; e por fim, são atos e gestos políticos de amor.

VIDAS NEGRAS IMPORTAM! #PAREMDENOSMATAR!# AxÉ!

Referências

BORGES, Rosane. Das perspectivas que inauguram novas visadas. In: Prefácio do livro *Olhares Negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante 2019. pp. 09-22.

BORGES, Rosane. Enunciados do Visível: Traços e Rastros de Pensadoras Negras. Projeto Desenvolvido através de lives no Instagram. 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/rosaneborges/>. Acedido em 15/06/2020.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. Organização Frank Barat. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed São Paulo: Boitempo. 2018.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante. 2019.

KILOMBA, Grada. *Catálogo da Exposição Secrets To Tell*. MAAT. Lisboa – PT. 2017.

MORRISON, Toni. *A origem dos outros: sobre racismo e literatura*. Tradução Fernanda Abreu. Prefácio Ta-Nehisi Coates. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Gênero, corpo e sexualidade na diáspora africana: contribuições decoloniais para estudos afro-brasileiros

Marijara Souza Queiroz

Docente no Bacharelado em Museologia da Universidade de Brasília – UNB

Este artigo parte da pesquisa de doutoramento em desenvolvimento no Programa de Pós Graduação em Teoria e História da Arte do Instituto de Artes da Universidade de Brasília que versa sobre a cultura material de matriz africana com atenção especial à coleção de trajes de candomblé, usados entre 1943 a 2004, do Ilê Axé Iyá Nassô Oká, Terreiro da Casa Branca, e doados ao Museu do Traje e do Têxtil, 2010, em Salvador, Bahia. Nesse recorte, identificamos contribuições decoloniais para estudos afro-brasileiros apresentando gênero, corpo e sexualidade como categorias de análise. Destacamos as distorções interpretativas ou adaptações linguísticas do Iorubá como imposição do projeto colonizador que transpôs poderes constituídos na sociedade com base no sexo ou na sexualidade para a hierarquia do candomblé. Optamos por bases teóricas voltadas à filosofia africana que consideram práticas anteriores ao processo de colonização, tanto na África como no Brasil.

De acordo com Banza Mwepu Mulundwe & Muhota Tshahwa (2007: 9 - 10) a filosofia afri-

cana nasce desde o dia que a pessoa começa a falar, a questionar a condição humana e a “encontrar as respostas sob várias formas e modos de expressão que diversificam os mitos, os ritos, as crenças (ideias) e as práticas (instituições, usos, costumes e técnicas)”. Nasce, portanto, “da interpretação e releitura dos signos: mitos e símbolos” que sempre estiveram presentes nas sociedades africanas. O mito “contém e veicula um determinado conhecimento e uma concepção de mundo e de ser humano, isto é, uma cosmologia, uma cosmogonia e uma antropologia”. Dessa forma, “cada sociedade desenvolve suas crenças: seus mitos, suas religiões, suas ideologias e sua própria cultura.”

Por esse caminho, convergências da África contemporânea buscam possibilidades de estudos com base na *etnofilosofia* (MBITI 1990; WIREDU, 2002; MULUNDWE & TSHAHWA, 2007), bem como nas teorias que cercam a vertente mulherismo. (OYÈWÙMÍ, 2004; EBUNOLUWA, 2009). Essa vertente “pretende interpretar globalmente as experiências das mulheres negras” devido às insuficiências do feminismo



das mulheres brancas que se baseia no gênero e tem sido colocado como teoria global. (EBUNOLUWA, 2009: 1).

Oyèronké Oyèwúmi (2004: 2), observou que as pesquisadoras feministas “usam gênero como modelo explicativo para compreender a subordinação e a opressão das mulheres em todo o mundo” de modo a assumir as categorias “mulher” e “subordinação da mulher” como universais sem observar que gênero é uma construção sociocultural. O feminismo é, pois, a fragmentação da categoria mulher, o sujeito do feminismo. O feminismo deseja o desaparecimento da mulher tal qual a categoria é vista, mesmo que esta (a mulher) nunca tenha existido como um sujeito unificado. Este sujeito é definido a partir da identidade da mulher esposa nuclear, por isso, “seu desaparecimento pode não ser lamentável”.

A família tradicional lorubá “pode ser descrita como uma família não-generificada”, nos quais os papéis de parentesco não são especificados por gênero e sim codificados pela antiguidade, princípio ordenador fundamental baseado na idade relativa, o que torna a centralidade do poder mais difusa. “O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático. [...] Daí as palavras *egbon*, referente ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo”, independente do gênero. A categoria *oko*, “que normalmente é registrada como o marido em inglês, não é especificada por gênero, pois abrange ambos, machos e fêmeas”. *Omo* (a criança), “é melhor traduzida como prole”, de modo que “não há palavras que denotem individualmente menina ou um menino”. Já a categoria *Iyaô* (esposa) que também não tem gênero especificado, refere-se a uma função de subordinação e uma etapa intermediária até *Iyá* (mãe), categoria mais desejável pelas mulheres pelo poder político e estruturador que exercem na organização social de suas comunidades. (OYÈWÚMI, 2004: 6).


Sobre teorias do corpo e sujeitos africanos, Oyèronké Oyèwúmi (1997: 8) evidencia a

difficuldade que os pesquisadores ocidentais têm de compreender a categoria gênero para os africanos. Nas narrativas ocidentais, observa-se uma centralidade do corpo dividido em duas amostras, dois sexos, duas categorias persistentemente confrontadas que elaboram diferenças hierárquicas na sociedade. Nesse pensamento, ainda que a sociedade seja vista “como habitada por corpos, apenas as mulheres eram percebidas como corporificadas; os homens não tinham corpos – eram mentes caminhantes”. O binarismo opositor entre o corpo (a mulher) e a mente (o homem) é o princípio da construção da masculinidade, pois nenhuma diferença é elaborada sem corpos posicionados hierarquicamente.

Ao pensamento racional soma-se a supervalorização do corpo a partir de bases biológicas opostas e hierarquizantes que validam a ideia de que a mente é forte, mas a carne é fraca, de modo a apontar o corpo como armadilha a ser vigiada. Essa anulação se dá a partir do corpo do outro, pois o corpo é melhor percebido (avaliado e criticado) quando é do outro. Esse corpo não é apenas individual, na medida em que está implicado na construção de categorias e epistemologias sociopolíticas constituindo também corpos políticos, corpos sociais, corpos culturais, etc. Dessa forma, diferentes corpos consagram hierarquias na medida em que diferenças e hierarquias consagram corpos.

Como exemplo, Oyèwúmi destaca a confusão que cerca a identidade sexual de Òdùduwà, entidade progenitora em todo o território lorubá, que figura como “mãe”, o princípio criador e gerador do mundo, mas também é chamada de “senhor” ou de “marido”. A “confusão” está presente também na compreensão do termo *Oba*, que significa “governante”, sem identificação de gênero, e passou a ser associado a *rei*, categoria masculina, nos discursos lorubá [re]criados a partir da colonização europeia. (Oyèwúmi 1997: 42). Gênero como categoria de análise está na pauta dos discursos lorubás contemporâneos e sua importância não está





no artefato e sim na forma de interpretação e organização do mundo.

Wanderson Flor Nascimento (2016: 153) parte do princípio de que “as heranças africanas nos candomblés não são baseadas em binarismos ontológicos”, o que se expressa no conjunto cosmológico de crenças, lendas, mitos e ritos. Na cosmovisão africana o corpo é um conector fundamental entre as “partes da mesma cabeça” ou as múltiplas “dimensões do mesmo mundo, uma vez que só existe porque outros corpos existiram antes”. Para além de território do sagrado, o corpo é, ele mesmo, parte do sagrado, pois carrega as marcas constitutivas da nossa existência através da memória, dos acordos e das alianças estabelecidas. Essa duplicidade do corpo forma um todo, ao contrário do binarismo opositor que separa partes de sistemas complexos.

A palavra *ori* (cabeça) + *xá* (dono) = *orixá* (o dono da cabeça), estabelece a relação da divindade com o corpo em que se manifesta. Porém, essa relação é mais complexa, primeiro porque um *orixá* pode ter diversas qualidades distintivas, segundo porque cada pessoa pode ter mais de um *orixá* como guardião da cabeça, pelo menos três (de frente, esquerda e direita), juntando-se a estes, os seus *Eledás*, *orixás* ancestrais da família ou do terreiro. Essa pluralidade de concepções sobre a personalidade humanas amplia as formas de identificar os indivíduos e incluí-los na sociedade, uma vez que nesta há espaços para muitas identidades.

Em função de seu caráter iniciático, o candomblé se expressa publicamente através das festas, o que faz com que conheçamos melhor a exuberância das vestimentas, os cânticos e as danças. Entretanto, “há muito mais na constituição dos candomblés que sustenta aquilo que, apenas nas bordas, visualizamos publicamente”. Dessa forma, o segredo é o fundamento mais profundo, pois é ele que garante o corpo presente no culto e o aprendizado de forma vivenciada com a integralidade da cosmologia *lorubá*. (NASCIMENTO, 2016: 159)

Nesse sentido, o candomblé é uma liturgia principalmente corporal e gestual e essa concepção somática é, de acordo com Muniz Sodré (1997: 33), “o primado do corpo na singularidade do ser humano”, pois exclui os registros profundos psicossomáticos, bem como a dominação da representação escrita, diferentemente das noções de individualismo introjetadas na mentalidade ocidental, uma vez que o transe, na liturgia *Ketu*, “reivindica a presença concreta do indivíduo”, tanto quanto do seu *Orixá*.

No candomblé, *Abiyan* (aquele que tem parentesco por afinidade) é o grau pré-iniciático. *Iyaô* diz respeito ao filho ou à filha de santo recém iniciado, sem distinção de sexo ou gênero. Se o iniciado for comprometido e fizer suas obrigações religiosas em dia, essa fase dura em torno de sete anos, tempo que o/a *Iyaô* deve se concentrar no aprendizado sobre o terreiro e o candomblé de modo geral. Nessa fase, de acordo com Maria Stella de Azevedo Santos (2010: 41), Mãe Stella de Oxossi, *Iyalorixá* do Ilê Axé Opô Afonjá, o/a *Iyaô* “tem que aprender a dançar, cantar, responder aos cânticos comportar-se com dignidade e simpatia”, lembrando sempre que “hoje é o filho, amanhã, quem sabe?” Pode ser mãe ficou implícito.

Iyalorixá é o cargo máximo do terreiro de candomblé. Sua principal responsabilidade é cuidar do *Egbé*, a sociedade (ou associação) do terreiro e guardar o *Axé*, energia ancestral com poder realizador. Essa é a maior evidencia da transposição do poder feminino *lorubá* para o Brasil via diáspora. No candomblé, é o cargo que determina a hierarquia religiosa e a posição ou função que a pessoa ocupa no *Egbé*.

Agimuda (ou *Ajimuda*) é um cargo específico das filhas de *Oyá* na Casa Branca e foi ocupado pelo conhecido *Ojé Ladê*, Martiniano Eliseu do Bonfim (1859 – 1943), no Ilê Axé Opô Afonjá, terreiro descendente da Casa Branca. Este é um caso no candomblé em que o cargo não estabeleceu dualidade opositora entre os corpos, pois priorizou o caráter da pessoa na comunidade a partir de sua participação, in-

dependentemente do gênero. De acordo com Marcos Santana (2009), Martiniano foi pintor, pedreiro, professor de línguas (inglês e ioruba) e Babalaô. Nascido em Lagos, Nigéria e estabelecido na Bahia, destacou-se pela fluidez no trânsito entre os Nagôs da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e costa da África estabelecendo relações comerciais importantes para a organização social e religiosa dos terreiros.

Entretanto, Martiniano contribuiria com a concepção do matriarcado afro-brasileiro organizado em torno do culto aos orixás nos candomblés da Bahia em *A Cidade das Mulheres* de Ruth Landes (2002: 326), afirmando que “é praticamente impossível encontrar homens em xirês nos terreiros nagôs”. A negativa tinha conotação de denúncia da ascensão de cultos afro-brasileiros que assimilavam a cultura indígena, sobretudo nos chamados Candomblés de Caboclos, na maioria dos casos liderados por homens, muitos deles homossexuais.

Apesar de Martiniano não dar nomes no relatos registrados por Landes, Elizabeth Castelano Gama (2012: 49 - 50) identificou que o sacerdote se referia, em especial, a João da Goméia (1914 -1971) que atuava como liderança religiosa em Salvador e permitia que “homens dançassem para os deuses” o que era considerado uma blasfêmia pelos candomblés tradicionais da Bahia. João da Goméia foi apontado a Landes por Edson Carneiro, em 1938, como “um simpático e jovem pai congo [...] que quase nada sabe e que ninguém leva a sério”. Pondera, porém, que o homem que “todos sabem que é homossexual, pois espicha os cabelos compridos e duros”, é “um excelente dançarino e tem certo encanto”. (LANDES, 2002. *apud.* GAMA, 2012).

A cisma de pesquisadores e sacerdotes do tradicional candomblé baiano em relação à presença de homens na feitura de santo e no

sacerdócio partia da compreensão de que o transe, como ato de possessão do corpo, só deveria ser experimentado por mulheres, as “esposas” (na tradução literal de Iyaôs) do Orixá, numa clara adaptação interpretativa da língua ao sistema patriarcal que se baseia no binarismo opositor homem-mulher. Evidencia ainda, masculinismos apreendidos para além do candomblé que são transpostos para a estrutura hierárquica dos terreiros.

Para além da liberdade com sua sexualidade, João da Goméia era criticado pelas mudanças na estética do candomblé no seu terreiro, instalado em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, após sua transferência de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1942. As críticas

mais pontuais decorriam do uso da vestimenta sagrada em apresentações artísticas que simulavam os rituais de candomblé em boates ou eventos. Igualmente, substituiu tecidos africanos que eram adquiridos em Lagos, na Nigéria, por peças mais delicadas como o cetim e a organza, de fácil aquisição no comércio local.

Não raro, João da Goméia se destacava nos jornais, especialmente durante o carnaval carioca quando se envolvia com desfiles de fantasias e escolas de samba. Em 1955, desfilou na Imperatriz Leopoldinense fantasiado de ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Em 1956, se travestiu de Arlete num desfile de travestis no Teatro João Caetano, o que causou divergências com os praticantes da Umbanda do Rio de Janeiro que ameaçaram expulsá-lo da Federação Espírita de Umbanda. Questionado se sua fantasia de vedete não chocaria os praticantes do candomblé, responde prontamente que não, pois têm permissão de seus guias espirituais. Complementa ainda que “os Orixás sabem que a gente é feito de carne o osso e toleram, superiormente, as inerências da nossa condição humana, desde que não

Com o sucesso e visibilidade, João da Goméia foi acusado de fazer macumba pra turista ver





abusemos do livre arbítrio”. (*O Cruzeiro*, março de 1956. *apud*. GAMA, 2012: 169). Em 1966, João da Goméia entrou no baile de carnaval do Teatro Municipal do Rio de Janeiro vestido de Cleópatra, carregada por homens musculosos.

Com o sucesso e visibilidade, João da Goméia foi acusado de *fazer macumba pra turista ver*. Primeiro, por não recriar a divulgação e tradução de sua religião em termos de arte e cultura acessível ao público. Segundo, por tirar proveito econômico de seus serviços religiosos ou artísticos. No final da década de 1960 se filia ao Terreiro de Mãe Menininha do Gantois, na Bahia, uma realização como sacerdote, já que desejou o reconhecimento de sua ancestralidade Nagô desde o início de sua trajetória no candomblé. Em 1967

seu nome já estava consagrado nacionalmente com o preposto de *Rei do Candomblé* carioca. Fez de seu corpo um discurso estético e dos saberes nele constituídos, seu ofício e sua arte.

Se o corpo é o templo consagrado ao orixá, a roupa é o invólucro que identifica a presença do divino neste corpo e no espaço que ele habita estreitando a convivência entre humano e sagrada. É no corpo em plena vida que o orixá se manifesta para confraternizar e confirmar a importância da ancestralidade. Assim, pautamos gênero, corpo e sexualidade como chaves decoloniais importantes para o assentamento da língua e da cosmologia lorubá no cerne das questões que envolvem a diáspora africana e os legados afro-brasileiros.

Referências

EBUNOLUWA, Sotunsa Mobolanle. Feminismo: a busca por uma variante africana. Tradução para uso didático de EBUNOLUWA, Sotunsa Mobolanle. *Feminism: The Quest for an African Variant. The Journal of Pan African Studies*, vol.3, n.1, 2009, p. 227-234, por Luana Cristina Muñoz Roriz.

GAMA, Elisabeth Castelano. Mulato, homossexual e macumbeiro: que rei é este? Trajetória de João da Goméia (1914-1971). UFF: Departamento de História, Niterói, 2012. (dissertação de mestrado).

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. 2ª Ed.: UFRJ: Rio de Janeiro, 2002.

MULUNDWE, Banza Mwepu; TSHAHWA, Muhota. Mito, Mitologia e Filosofia Africana. Tradução para uso didático de MULUNDWE, Banza Mwepu; TSHAHWA, Muhota. *Mythe, mythologie et philosophie africaine*. Mitunda. *Revue des Cultures Africaines*. Volume 4, Número spécial, octobre 2007, p. 17-24 por Kathya Barbosa Fernandes e Aurélio Oliveira Marques.

NASCIMENTO, Wanderson Flor. Sobre os candomblés como modo de vida: Imagens filosóficas entre Áfricas e Brasis. *Ensaio Filosóficos*, Volume XIII – Agosto/2016.

OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ́. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: OYĒWŪMÍ, Oyèrónkẹ́. *The*

invention of women: making an African sense of western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p. 1-30. Tradução para uso didático por Wanderson Flor do Nascimento.

_____. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1*, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 Tradução para uso didático por Juliana Araújo Lopes.

SANTANA, Marcos. *Martiniano Eliseu do Bonfim: um príncipe africano na Bahia*. Ed. Aramefá: Salvador, 2009. *Cadernos de Memória*, v. I.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. *Meu Tempo é Agora*. 2ª Edição: Assembléia Legislativa da Bahia, Salvador, 2010.

SODRÉ, Muniz. Corporalidade e liturgia negra. *Revista do Patrimônio: IPHAN*, nº 25, 1997.

WIREDU, Kwasi. As religiões africanas desde um ponto de vista filosófico. Trad. WIREDU, Kwasi. *African Religions from a Philosophical Point of View In: TALIAFERRO, Charles; DRAPER, Paul; QUINN, Philip L. (eds.). A Companion to Philosophy of Religion. Second Edition*. Malden; Oxford; West Sussex: Blackwell, 2010, p. 34-43. Tradução para uso didático de Ellen T. de

Casas de Acolhida LGBT no Brasil: reflexões museológicas em contexto pandêmico

Rafael Machado

(Mestrando em Museologia pelo PPGMUSEU - UFBA/ bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB)



O presente texto possui como objetivo mapear as Casas de Acolhidas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais/transgêneres) no Brasil, identificando os aspectos gerais das frentes trabalhadas por estas iniciativas. Para tanto, não vou apresentar a pesquisa que estou desenvolvendo no mestrado, intitulada provisoriamente “Casas de Acolhida LGBT e Processos Museológicos: Cartografias da Imagem (Trans) Museal de Linda Brasil na Casa Amor, Aracaju/SE”, onde apresento reflexões construídas no contexto da pandemia. Afinal, a “museologia que não serve para a vida não serve para nada” (CHAGAS; PIRES, 2018).

O imaginário social naturalizado no senso comum que definiam/definem as pessoas LGBT enquanto aberrações, pederastas, degenerados/as e outros/as, construídos historicamente pelas produções higienistas, nos meados do século XIX (MOREIRA, 2012) e que reforçavam concepções religiosas, permanecem impregnadas no imaginário da sociedade brasileira, provocando hostilidades, violências e fragilidades ou interrupções nos vínculos familiares. Diante disso, a vulnerabilidade social enfrentada pelas comunidades LGBT brasileira se torna ainda mais perversa de acordo com o contexto sociocultural interseccionada pela raça, gênero, sexualidade e classe em que o sujeito está inserido.

Segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), publicado em 2019, a cada 20 horas uma pessoa LGBT morre vítima da violência LGBTfóbica no Brasil. O relatório também aponta que no ano de 2018, 420 pessoas LGBT morreram no país vítimas da LGBTfobia, sendo: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Ainda de acordo com o relatório, 35,5% foram mortas em suas residências. A casa enquanto representação de apoio e acolhimento familiar, pode representar um espaço de ameaça e ausência de apoio quando se é uma pessoa LGBT. “Pois nunca temos notícias de adolescentes e jovens expulsos de casas por sua cor ou por serem usuários de drogas, mas é alarmante o número de adolescentes expulsos de casa ou sem teto por serem homossexuais, e, sobretudo por serem travestis e ou transexuais” (FERNANDES, 2014).

No dia 13 de junho de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, reconheceu que a LGBTfobia é um crime que deve ser equiparado ao de racismo. Com isso, discriminar e ofender pessoas LGBT por causa de suas orientações sexuais e identidades de gênero pode acarretar ao criminoso detenção de um a três anos.

Atualmente, estamos em escala global atravessando mais um momento da história com o



Simblos de Resistências sociais LGBT

surgimento do novo coronavírus (COVID-19), que escancara as desigualdades sociais estruturadas no Brasil e as lutas travadas antes desta pandemia. O vírus foi caracterizado como pandemia no dia 11 de março de 2020, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Embora os marcadores sociais da diferença não sejam critérios de atuação do vírus, pois atinge qualquer pessoa independentemente da raça, classe, gênero, sexualidade, idade, entre outros, mas, coloca em posição de maior vulnerabilidade as classes subalternizadas.

Os privilégios da raça/cor, classe/renda, sexo/gênero, idade, escolaridade e outros, fazem a diferença, nesse contexto de pandemia, conforme Baptista e Mello (2020). Ao refletir sobre os preconceitos, os autores apontam que grupos de riscos e ignorância na história da humanidade nos contextos das pandemias (gripe espanhola, entre outros) e epidemias (HIV/AIDS, entre outros), nos alertam para as repetições de comportamentos sociais que costumamos adotar como sociedades e grupos, com perseguição e abandono social das vítimas iniciais consideradas/os difusoras/es; e a contaminação propagada por aqueles/as que se julgam imunes, como tem ocorrido.

Medidas para contenção do contágio, vítimas mortais e colapso do sistema de saúde foram/são recomendados pela OMS e a comunidade científica. Essas orientam as suspensão das atividades escolares, culturais, esportivas e dos setores econômicos considerados não essenciais. No Brasil, as recomendações foram adotadas através dos decretos provisórios estaduais e municipais. Mas, na esfera federal, o governo ignora a gravidade da situação, considerando, em suas palavras, a pandemia como uma “gripezinha”.

O conjunto de ações adotadas através do distanciamento social, isolamento e quarentena, exigem mudanças de hábitos e costumes culturais para que possamos alcançar soluções coletivas. Mas, como aderir às recomendações e sobreviver sem renda suficiente ou a inexis-

tência da mesma, para manutenção alimentar, aquisição de itens de limpeza, kits de higiene de proteção, entre outros? Como garantir o isolamento sem moradia, sem condições de manter o aluguel, morando em casas em condições insalubres e em ambiente de violências e abusos? Sem assistência e tratamento médico, devido o sucateamento da saúde pública, como é possível administrar a doença seguindo os rígidos protocolos?

Antecedente à pandemia, a precariedade da vida humana nos últimos anos no Brasil se intensifica mediante retrocessos das políticas públicas e dos direitos garantidos às comunidades, grupos e populações marginalizadas tal como LGBT. A ascensão dos discursos de ódio conduzido pelos ideais do conservadorismo religioso e político, consumiu de modo organizado o golpe parlamentar de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff (2011- 2016) e elegeu nas eleições de 2018 seu representante maior ao cargo da presidência, Jair Bolsonaro.

Em paralelo a esse cenário sombrio marcado pelo ódio, diversas iniciativas idealizadas por ativistas, coletivos, pessoas civis e movimentos sociais LGBT materializaram/materializam Casas de Acolhida LGBT em cidades situadas nas cinco regiões do país. As iniciativas das Casas desempenham estratégias fundamentais para garantir de algum modo a sobrevivência de pessoas LGBT, principalmente neste momento de crise agravada pela pandemia.

Metodologicamente, enquanto proposta de visualização e identificação, realizei um mapeamento das Casas de Acolhida LGBT no Brasil. Uma cartografia social (MONTALVÃO; PRADO FILHO, 2013) para referenciar os experimentos, processos e produções de subjetividades de (des)conexões, (des)materialização dos espaços e/ou ações de transições que existiram, existem ou poderá existir ou não, ou até mesmo transitar para outras coisas não previstas a priori, compondo paisagens de processos de fenômenos sociais dinâmicos e abertos.

Foram identificadas no mapeamento dezoete iniciativas de Casas de Acolhida LGBT no Brasil entre os anos de 2010 a 2019, como podemos observar abaixo nas informações gerais sobre as iniciativas de ações desenvolvidas por cada uma das Casas de Acolhida.

A Casa Miga Acolhimento LGBT: oferece moradia provisória as pessoas LGBT+ brasileiras e refugiadas; promove rodas de conversas; escuta; e projetos de empreendedorismo. O projeto da Casa é uma idealização da Associação Manifesta LGBT, que tem como presidente Gabriel Lima Mota (homem cisgênero, gay, biracial com nível de escolaridade superior). A instituição está localizada na cidade de Manaus/AM. No dia 17 de agosto de 2019 foi inaugurado o espaço que obteve apoio coletivo é mantido por doações voluntárias.

Casa Transformar: oferece moradia provisória as pessoas LGBT; apoio psicológico; e atua buscando estratégias de parcerias para oferecer qualificação profissional e educacional. O projeto foi idealizado pela fanqueira Nick Hot (mulher trans) e seu esposo Davy Lima, com apoio e colaboração de mulheres e homens trans. O espaço está localizado na cidade de Fortaleza/CE, e de modo mais organizacional no ano de 2019 ampliou o acolhimento. A instituição é mantida por doações voluntárias.

Casa Transviver: o espaço foi aberto no mês de junho de 2019 e por falta de recursos financeiros fechou em janeiro de 2020. O projeto é uma idealização de Regina Guimarães (mulher cis, heterossexual, branca e empresária) e seu filho Ruan Gyan (homem cis, gay, branco e artista). Com apoio coletivo o projeto atua com ações de distribuições de cestas básicas de alimentos, com foco para as pessoas trans que possuem filhos além de estender as demais na cidade de Recife/PE.

CasAmor: o projeto oferece em seu espaço atendimento psicológico; orientação e encaminhamento de serviço social; orientações e acompanhamento jurídico; e atividades culturais. Localizada na cidade de Aracaju/SE, o

projeto foi idealizado por Linda Brasil (mulher trans, heterossexual, branca e com nível de escolaridade superior), e com apoio coletivo de doações e gestão voluntária o projeto é mantido é voltado à comunidade LGBT.

Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIA+

Casa Aurora: localizada na cidade de Salvador/BA, no dia 31 de maio de 2019 o espaço foi aberto. A instituição foi idealizada por João Hugo (homem trans, negro e graduando) e Selena Ramos (mulher trans, negra e graduanda). A instituição oferece moradia provisória

de conversas. O idealizador do espaço é Marcos Venisson Tavares (homem cis, homoafetivo e pardo) com apoio coletivo. A instituição foi registrada em ata no dia 21 de abril de 2016, mas a instalação institucional funciona de forma temporária e de modo improvisado desde setembro de 2017. O espaço físico encontra-se em obras da construção e futuramente pretende oferecer moradia provisória as pessoas LGBT.

Projeto Casulo: de acordo com o texto publicado na *Revista Memórias LGBTQIA+* (2014) por Beth Fernandes (idealizadora do Projeto



A Casa Miga
Acolhimento LGBT



Casa Transformar



Casa Transviver



CasAmor



Casinha



Casa 1



Casa Chama



Casa Florescer
e Florescer II

as pessoas LGBTQIA+ entre a faixa etária de 18 a 29 anos, atuando também com as frentes: Clínica Social (atendimento clínico, psicológico, psiquiátrico, psicoterapêutico e assistência social), atividades culturais e socioeducativas. O espaço é mantido e gerido pelo apoio e doação de forma voluntária e coletiva.

Casa Rosa Cultural e Assistencial LGBT:

está situada na cidade de Brasília/DF e possui a finalidade de oferecer serviços de saúde, cursos de capacitação e renda, encontros e rodas

Casulo), a ideia da casa de passagem é acolher e atender pessoas trans em situação de tráfico de pessoas, exploração sexual e migração LGBT. Ainda de acordo com a autora, o Projeto visa a construção da autonomia no processo de se refazer como pessoas a partir dos direitos sexuais e humanos e a primeira casa de passagem para pessoas trans. O projeto está situado na cidade Goiânia/GO e oferece passagem de moradia, mas o ano de criação/inauguração do espaço não foi men-

cionado pela ativista e não conseguir obter dados sobre a informação específica.

Casa Nem de Acolhimento LGBTQIA+: está localizada na cidade do Rio de Janeiro/RJ. O espaço foi aberto no dia 13 fevereiro de 2016, pelo Grupo TransRevolução, que tem como fundadora Indianarae Siqueira (transvestigênera, parda). O espaço oferece abrigo provisório a população LGBTIA+, mulheres cisgêneras em situação de violência doméstica e familiar com foco em transvestigêneras, além oferecer atendimento jurídico, serviço social, médico,

psicoterapêutico, educacional, empreendedorismo e outros.

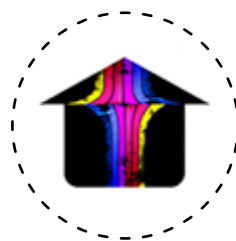
Casinha: está situada na cidade do Rio de Janeiro/RJ. De acordo com as informações coletadas, o projeto possui como objetivo oferecer moradia provisória as pessoas LGBT, qualificação profissional e educacional, atendimento psicossocial, atendimento jurídico e criação de um Centro Cultural para promover e atender a população artística e cultural LGBT. Desde o ano de 2017, várias ações para materialização do espaço e atividades cultu-



Casa Aurora



Casa Rosa Cultural



Projeto Casulo



Casa Nem
de Acolhimento



Casa Arouchiana



Casa de Missão
Amor Gratuito



Casassa



Casa Satine

rais foram/continuam a ser registradas nas páginas do perfil oficial da instituição nas redes sociais.

Centro de Acolhida e Cultura Casa 1: está localizada na cidade de São Paulo/SP. O espaço oferece abrigo provisório as pessoas LGBT de 15 a 25 anos, acompanhamento de saúde mental e clínica, assistência social, assistência jurídica e atividades culturais desenvolvidas no Centro Cultural. A Casa foi idealizada por Iran de Jesus Giusti (Homem cis, branco,

homossexual e nível acadêmico). O espaço foi inaugurado no dia 25 de janeiro de 2017.

Casa Chama: está situada na cidade de São Paulo/SP. A partir de uma reunião presencial de virar voto contra Jair Bolsonaro em 2018, o projeto foi idealizado no ateliê de Digg Franco (homem trans, branco) e de sua parceira Cintia Marcília (mulher cis, bissexual). De modo coletivo com pessoas trans, o espaço do ateliê foi se transformando na Casa Chama e não possui uma data inaugural. Atu-

almente a Casa está instalada em uma sala no Centro de Memória e Convívio Cecília Meireles, não oferece moradia, porém ofereceu anteriormente quando estava instalada no antigo espaço do ateliê. Ações desenvolvidas pela Casa tem como foco as pessoas trans, atuando com quatro frentes: Jurídica, psicossocial, cultural e autonomia financeira.

Casa Florescer: a instituição foi inaugurada no dia 01 de março de 2016, na cidade de São Paulo/SP. O espaço oferece moradia provisória para mulheres transexuais e travestis, atendimento social, psicológico e reinserção para o mercado de trabalho. A fundação é decorrente da articulação entre a Instituição CROPH (Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana), com as Mulheres trans que vivem em Centros de Acolhidas masculinos e em parceria com a Secretária Municipal de Assistência e Serviço Social. A manutenção do espaço conta com o apoio do poder público municipal e com parcerias de algumas corporações.

Casa Florescer II: teve sua inauguração no dia 04 de novembro de 2019, na cidade de São Paulo. Desenvolve ações e atendimentos de acordo com a primeira unidade da Casa Florescer.

Casa Arouchiana: o espaço foi aberto no dia 15 de novembro de 2019, na capital paulista. O projeto é uma iniciativa do coletivo Arouchianos, que busca oferecer moradia provisória as pessoas LGBT, atendimento psicossocial, terapêutico, cursos de capacitação profissional, oficinas de arte e cultura. O coletivo busca também um espaço para preservação territorial da memória LGBT que da região do Lago do Arouche.

Casa de Missão Amor Gratuito: oferece moradia provisória a população LGBT e cisheterossexual e disponibilização de cursos que são ofertados aos/as assistidos/as através de projetos de voluntários/as e parceiros/as. A inauguração ocorreu no dia 25 de abril de 2010 e está situada na cidade de Sarandi/PR. O espaço foi idealizado por Celio Rodrigues Camargo (homem cis, gay e pardo).

Casassa: Casa de Acolhimento LGBT de Presidente Prudente/SP – o projeto é liderado por um grupo independente de militantes da causa LGBT que no ano de 2016, durante a Semana da Diversidade ocorrida no Centro Cultural Matarazzo de Presidente Prudente/SP, tiveram a ideia de construir um espaço do acolhimento para pessoas LGBT. No ano de 2017 o espaço foi materializado e oferece moradia provisória, possui grupos de trabalhos de acolhimento emergencial, financeiro, divulgação e jurídico, educação e cultura, doação e atendimento.

Casa Satine: é uma iniciativa da Instituto de Cidadania e Juventude de Mato Grosso do Sul. A Casa visa acolher institucionalmente pessoas LGBT, oferecer atividades educacionais e Culturais. As informações sobre a existência espaço do espaço físico não foram encontradas, porém várias ações culturais foram e estão sendo promovidas pela Casa Satine, de acordo com os registros nas páginas oficiais da instituição nas redes sociais.

O protagonismo de pessoas LGBT na idealização dos espaços das Casas de Acolhida LGBT é um fator marcante no delineamento das ações do próprio ato de criação desses espaços e das frentes de trabalhos executados ou propostos, que evidenciam estratégias de reparação histórica, diante postura de negligências e exclusões do Estado no atendimento as nossas demandas. Todas as instituições são organizações não governamentais (ONG) sem fins lucrativos, mantidas com apoio da sociedade civil, do voluntariado, das tímidas parcerias esporádicas de pessoas jurídicas ou corporações, da atuação em Rede das Casas e do gerenciamento institucional do trabalho coletivo e voluntário. A única Casa que passou a ter apoio do poder público foi a Florescer que também ganhou sua segunda unidade na cidade de São Paulo. Entre as pautas apresentadas nas configurações de cada uma das Casas, predominam os serviços das áreas da saúde, direito, serviço social e cultura.

Entende-se essas casas enquanto espaços de salvaguarda de corpos e memórias em vulnerabilidade, associando, portanto, o debate de política pública à Museologia LGBT, associação esta que está sendo aprofundada em minha dissertação.

Em tempos de COVID-19, ações e campanhas são lançadas de modo autônomo por cada iniciativa das Casas, coletivas pela Rede Nacional de Casas de Acolhida LGBTQI+ (REBRACALGBTQI+) e das alianças com outras organizações civis para arrecadação de alimentos, kits de higiene pessoal, matérias de limpeza e apoio financeiro emergencial, amenizando a situação de extrema vulnerabilidade da comunidade

LGBT assistida, em especial da população travestis e trans negras/os, que em maioria são compulsoriamente profissionais do sexo e/ou vivem com HIV/AIDS (BENEVIDES, 2020). Além disso, os atendimentos psicológicos, orientações jurídicas, acompanhamento social e algumas atividades culturais continuam sendo desenvolvidas de modo remoto e expandidas pelas organizações.

A rede de apoio e solidariedade têm garantido visibilidade, apoio e fortalecimento das iniciativas e ações das Casas em prol da preservação da vida humana. Diante disso, vale perguntar: em que medida preservar a vida está preservando a memória?

Referências

BAPTISTA, Jean; Mello, Luiz. #SomosTodasVelhos: notas sobre grupo de risco em tempos de pandemia. Revista Memórias LGBTQI+. Disponível em: <<https://memoriaslgbt.com/2020/04/07/somostodasvelhos/>>. Acesso em: jun. 2020.

BENEVIDES, Bruna. INSTITUIÇÕES LGBTQI+ LANÇAM CAMPANHA COLETIVA PARA O CORONAVÍRUS; SAIBA COMO DOAR. Revista Híbrida, 2020. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/2020/04/15/instituicoes-lgbtqi-lancam-campanha-coletiva-para-o-coronavirus-saiba-como-doar/>>. Acesso em: jun. 2020.

CHAGAS, Mario de Souza; PIRES, Vladimir Sibylla. Território, Museus e Sociedade. Território, Museus e Sociedade: Práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade. Coleção Museu, Memória e Cidadania, Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018, p. 9-22.

FERNANDES, Beth. Proteção e Acolhimento no Projeto Casulo. Visibilidade Trans no Museus e Espaços de Memória. Revista Memórias LGBTQI+, 2014, n. 2.

Grupo Gay da Bahia. População LGBT Morta no Brasil. Relatório GGB 2018. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>>. Acesso em: jun. 2020.

MONTALVÃO, Marcela Teti; PRADO FILHO, Kleber. A CARTOGRAFIA COMO MÉTODO PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. Revista Barbarói, Universidade de Santa Cruz do Sul, n. 38, 2013, p. 45-49.

MORREIRA, Adilson. A Homossexualidade no Brasil no século XIX. Revista Bagoas, n. 07, 2012, p. 253 – 279. Disponível em: <https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v06n07art12_moreira.pdf>. Acesso em: jun. 2020.

Coletivo Memória & Resistência e a memória LGBT da zona leste de São Paulo.

Leonardo Vieira


(Museu da Inclusão/Coletivo
Memória & Resistência)

A cidade de São Paulo é conhecida por ter uma cena cultural muito dinâmica e intensa. Esta cena, porém, se concentra nos bairros localizados no centro da cidade e em seus bairros próximos. Quanto mais nos afastamos do centro, mais perto chegamos às periferias da cidade e temos uma dificuldade cada vez maior de acesso à uma programação cultural variada.

A constatação desta situação com relação à programação cultural de bairros periféricos foi um dos primeiros incentivos à criação do *Coletivo Memória & Resistência*, em 2018, pelos amigos Érica Yonamine, Jéssica Aragão, Ohana Aparecida e o autor deste texto. Afinal, todos os seus membros foram criados em bairros afastados do centro da cidade, localizados na zona leste de São Paulo, e gostariam de ter acesso a opções culturais diversas em sua região. Neste sentido, o Coletivo foi montado com o propósito de contribuir com a cena cultural desta região, contribuição esta focada nas relações entre cultura, patrimônio e memória.



Cartaz de divulgação da exposição Memória e Resistência LGBT: "Arte e Fervo na ZL".



O primeiro projeto desenvolvido pelo Coletivo consistiu no *Memória e Resistência LGBT*, financiado pelo Programa VAI da Prefeitura de São Paulo durante os anos de 2018 e 2019. Este projeto foi empreendido com o intuito de registrar, valorizar e comunicar parte das memórias LGBT's da região de atuação do Coletivo.

Com este projeto, o Coletivo teve como intuito também contribuir para o debate sobre a memória e o patrimônio da comunidade LGBT, debate este tão marginalizado pela imensa maioria das instituições e iniciativas que atuam em prol do patrimônio e da memória coletiva (AMARAL, 2014; BAPTISTA; TONY, 2017).

Desta forma, inspirado por outras iniciativas da sociedade civil que tiveram como tema a memória LGBT (VIEIRA, 2020) e amparados nos pressupostos de movimentos como a Nova História e a Nova Museologia (ALMEIDA, 1996), o Coletivo se propôs a propiciar o debate sobre a memória das sociabilidades, dos lugares e dos grupos da comunidade LGBT da zona leste de São Paulo, tendo como horizonte, sempre, a construção de uma cidadania plena para a comunidade (SANTOS, 1994).

Ao longo de nossa pesquisa, nos deparamos com uma série de iniciativas de valorização da diversidade sexual na região, tais como os trabalhos do *Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont*, um equipamento da Prefeitura de São Paulo que presta serviços assistenciais, jurídicos e de formação educacional; da *Revista Alternativa L*, nascida como uma publicação voltada exclusivamente para o universo lésbico, mas que ao longo de sua trajetória foi abrindo espaço para discussões sobre outras sexualidades; dos *Coletivos Acuenda* e *Sankofa*, que atuam promovendo o respeito à diversidade sexual por meio de rodas de conversa e peças teatrais; das festas *Helipa LGBT* e *Sarrada no Brejo*, respectivamente um baile funk e uma festa de mulheres lésbicas e bissexuais; o *Guinga's Bar*; e muitos outros.

Paralelamente ao levantamento das informações sobre os trabalhos desenvolvidos, começamos a levantar documentos que nos

possibilitassem abordar a trajetória destes grupos - tais como suas publicações, seus cartazes de divulgação, suas fotografias de ações desenvolvidas -, bem como registrar por meio de fotografias e vídeos as ações dos grupos e os depoimentos de seus membros.

Em janeiro de 2019, inauguramos a exposição *Memória e Resistência LGBT: "Arte e Fervo na ZL"* com aproximadamente 25 fotografias e documentos diversos e o vídeo das entrevistas (este vídeo está disponível no Youtube). Na inauguração, disponibilizamos o folheto da exposição (COLETIVO MEMÓRIA & RESISTÊNCIA, 2019). Para os três meses de exibição da exposição, preparamos uma programação de rodas de conversa com temas sobre patrimônio e memória da zona leste e a cena LGBT da região.

Depois de finalizado o projeto financiado pelo VAI, conseguimos remontar a exposição em outros dois lugares localizados na zona leste da cidade, a *Casa de Cultura São Miguel* e a *Casa de Cultura Raul Seixas*, localizadas nos bairros de São Miguel Paulista e Itaquera. A remontagem na Casa de Cultura Raul Seixas foi suspensa por ocasião da pandemia, mas será retomada após a reabertura dos espaços culturais em São Paulo, fazendo com que a exposição fique aberta por, aproximadamente, mais 15 dias.

Além da produção da exposição *Arte e Fervo na ZL*, o Coletivo têm desenvolvido outras ações sobre memória LGBT. Em maio de 2019, participou da *Mesa-redonda de Museologia Social: Experiências compartilhadas da REMMUS-SP*, organizada pelo núcleo da Capital e Região Metropolitana da Rede SP de Memória e Museologia Social, e colaborou com a articulação para a roda de conversa *Memórias LGBTI+ e as tradições "indesejadas": entre exclusão e preservação*, em parceria com o *Museu da Diversidade Sexual*, o *Memorial da Resistência*, o já citado núcleo da Rede SP de Memória e Museologia Social e o *Coletivo PISA*; e em dezembro de 2019, dedicou uma mesa ao tema no *Ciclo Museologia Social, Memória e Patrimônio*, organizado em parceria com o *Centro Cultural da Penha*.



Cartaz de divulgação do Ciclo Museologia Social, Memória e Patrimônio.

Futuramente, o Coletivo pretende continuar atuando em prol da valorização da memória LGBT registrando as produções contemporâneas, abordando e debatendo as experiências passadas e fortalecendo a atuação de outros grupos e coletivos que atuam com a causa da diversidade sexual e de gênero por meio do desenvolvimento de projetos e parcerias.

Sabemos que a trajetória não será fácil, afinal nunca foi. Mas acreditamos que a atuação de setores da sociedade civil em prol do reconhecimento e da valorização das várias memórias que compõem a sociedade brasileira é parte fundamental para que tenhamos a diversidade humana admitida e enaltecida, seja no que diz respeito aos gêneros, à sexualidade, à raça, aos corpos e mentes.

Referências

ALMEIDA, M. M. MUDANÇAS SOCIAIS / MUDANÇAS MUSEAIS, Nova Museologia/Nova História - Que relação?. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], v. 5, n. 5, jun. 1996. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/254>>. Acesso em: jul. 2020.

AMARAL, F. Os quatro caminhos para o lete: o mergulho de objetos, coleções e acervos LGBTTTQ na desmemória in Anais do II Seminário Internacional Museu, memória e ativismo. Goiânia: Editora Nós and Aline Inforsato Design Editorial e Gráfico, 2014. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/001105595fb2d9f1dbc04>> Acesso em: jul. 2020.

BAPTISTA, J.; BOITA, T. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC, v. 5, p. 108-119, 2017. Disponível em: <<https://>

www.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

COLETIVO MEMÓRIA & RESISTÊNCIA. Memória e Resistência LGBT - Arte e Fervo na ZL. São Paulo, 2019. Folheto da exposição homônima montada no Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont, 02 de fevereiro de 2019 a 18 de abril de 2019.

SANTOS, M. C. T. M. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. Cadernos de Museologia, Lisboa, v. 3, N. 3, 1994, p. 67-77. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/307>>. Acesso em: jul. 2020.

VIEIRA, L. S. Notas sobre iniciativas contemporâneas de cogestão das memórias LGBT. Revista Memórias LGBTIQ+, p. 10 - 15, 05 abr. 2020. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/001105595b5875706749f>>. Acesso em: jul. 2020.

A presença feminina nas Artes, na Museologia e no Patrimônio Cultural

Suzy Santos

A pesquisa “Ecomuseus e museus comunitários: estudo exploratório de possibilidades museológicas” (desenvolvida entre 2015 e 2017 por meio do Programa de Pós-graduação Interunidades da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof. Dra. Marília Xavier Cury), além de contribuir para uma maior compreensão sobre as possibilidades de grupos historicamente invisibilizados, expropriados e subalternizados, reconhecerem e gerirem memórias e patrimônios relacionados à sua vivência histórica e social, por meio da criação de seus próprios museus, institucionalizados ou não, contribuiu igualmente para a construção de uma postura crítica profissional. Como profissionais que lidam com memórias, histórias e patrimônios, é urgente que possamos nos reconstruir diariamente, identificando lacunas e ausências nas instituições e espaços em que trabalhamos, provocando reconceituações por parte das instituições, ampliando os debates sobre a necessidade de descolonizar ações e

discursos e a diversificação de metodologias empregadas, ampliando a representatividade, enfim, promovendo intervenções qualitativas nesses espaços.

A pesquisa contribuiu também com reflexões acerca do uso de termos e conceitos, manuseados tanto por profissionais dedicados a pensar o campo da Museologia, quanto pelas e pelos agentes das instituições museais, profissionais ou não. Compreendemos que a abordagem conceitual é necessária para que compreendamos os discursos, assim como distorções e apropriações.

A *Museologia de Gênero* (VAQUINHAS, 2014) ou *Museologia Feminista* (MORAES WICHES, 2018), vislumbrada no âmbito das pesquisas sobre o conceito *Museologia Social*, apareceu no conjunto do que compreendo como “museologias afirmativas”, que seriam a *Museologia LGBT*, a *Museologia Indígena* e mais recentemente a *Museologia Afro-brasileira*, conceituadas, respectivamente, por Jean Baptista e Tony Boita (2014), Suzenilson Santos (2016; *apud* SANTOS,

2017, p.96) – ou Suzenilson Kanindé – e Suzy Santos (2018). Defende a aplicação de perspectivas de gênero à museologia, considerando a condição feminina como eixo estruturante das coleções e atividades desenvolvidas no espaço museal e evidenciando olhares androcêntricos (que consideram o masculino como único paradigma de representação coletiva) nos espaços museológicos, que em sua maioria valorizam personalidades masculinas, masculinidades (atributos, comportamentos e papéis associados a homens) e funções militares, relegando as mulheres à vida privada e à maternidade. Pretende dar visibilidade ao protagonismo feminino, considerando a vida social, política, cultural e cotidiana das mulheres e valorizando sua atuação nos campos museal e patrimonial, e atuar, a partir de uma dimensão interventiva, contra os estereótipos e por equidade social.

Sobre Conceitos

Para a Roda de Conversa “Museologia e Feminismo”, antes mesmo de nos debruçar sobre a presença feminina nos campos das artes, do patrimônio e da museologia interessa discutir como a formulação do conceito *Patrimônio* carrega em si uma forte carga patriarcal, assim como o *Matrimônio*, em dissonância com o termo *Fratrimônio*.

Os *Patrimônios Culturais*: 1) representam formas específicas de ser e estar no mundo (conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, hábitos etc.); 2) se constituem em relação, graças ao reconhecimento de sua importância e à transmissão geracional; 3) são construídos, reconstruídos e ressignificados (por isso mutáveis) no cotidiano, a partir das ações de quem os preserva e condições em que se preservam; 4) são reconhecidos “oficialmente” por meio de seleção – a atribuição de valores é influenciada pelas subjetividades; 5) os processos de escolha dos patrimônios culturais a serem preservados são atravessados por tensões e jogos de poder.



Retrato falado de Maria Firmina dos Reis. Artista: Tony Alves. Memorial Maria Firmina dos Reis.

No que tange às pesquisas sobre a presença feminina nos campos do Patrimônio e da Museologia, importa-nos a compreensão de que os *Patrimônios* são constituídos em relação e são, portanto, uma prática social (CHAGAS, STORINO, 2014, p.83). Algumas autoras e autores vem defendendo o uso do termo *Fratrimônio* para caracterizar “uma herança criativa, produzida e partilhada aqui e agora, insubmissa aos dispositivos de captura acionados pela lógica mercantilista [...], uma *herança comum* que não está restrita a um rol qualquer, mas que, ao contrário, está aberta às novas percepções e compreensões patrimoniais” (CHAGAS, STORINO, 2014, p.83), ou ainda “uma construção coletiva, feita entre gente que se olha olho no olho, que se abraça quando é igual, que se abraça quando é diferente” (BULHÕES, 2016, p. 02), que tem como base a fratria – “laços psíquicos de filiação, laço real, consanguíneo, ou de afiliação, que abrange qualquer vínculo de pertencimento a um grupo, comunidade

ou instituição” (WIEHE *apud* BULHÕES, 2016, p.25) – e o laço fraterno.

As acepções de *Fratrimônio* evidenciam que o reconhecimento dessas *heranças comuns* é um ato coletivo e depende mais da interação e articulação comunitária do que do reconhecimento oficial pelo Estado. Obviamente, essa autogestão patrimonial não exclui a importância do reconhecimento oficial dessas heranças, já que consideramos que é um dever da gestão pública garantir a visibilidade e a preservação de patrimônios/fatrimônios pertencentes a quaisquer grupos e classes sociais, por meio da democratização do acesso aos recursos públicos.

Mulheres nas Artes, no Patrimônio Cultural e na Museologia

Testemunhos sobre as formas de ser e estar no mundo, assim como obras que expressem de sentimentos mais íntimos à manutenção de expressões culturais, foram historicamente negados e negadas às mulheres. Exceções dignas de serem lembradas são os diversos memoriais ou museus de terreiros criados no Brasil no último século, que preservam memórias, histórias e objetos de representantes importantes das religiões de matriz africana.

Diferente dessas representações, que são de fato representativas, são as inúmeras representações de mulheres, comum no universo das artes, para as quais devemos direcionar um olhar crítico e ampliar o debate acerca das construções discursivas sobre a mulher presentes nessas representações, assim como problematizar a ausência ou invisibilidade de representatividades femininas nas instituições responsáveis pela preservação de memórias ou patrimônios, como museus, centros culturais etc.

A apropriação do corpo feminino pelo masculino tem sido comum na cultura ocidental. No universo das artes, a representação do feminino é predominantemente definida pelo

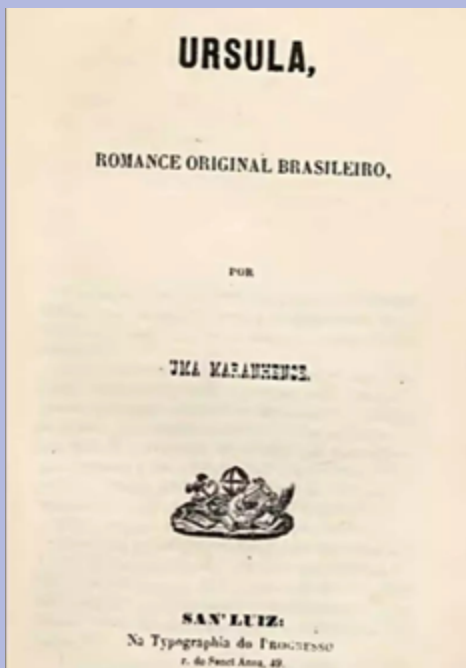
olhar do homem. O grande problema desse olhar é quando percebemos que a suposta ilustração da “vida feminina” busca estabelecer definidores e modelos de conduta social para as mulheres.

Ao observarmos as obras de arte mais antigas que representam mulheres (no Brasil e em todo o mundo), é notória sua associação ao ambiente doméstico. O espaço privado é tido como seu “espaço natural”, e tanto atributos como recato, castidade, simplicidade, temperança, discrição, moderação e submissão, como habilidades como tecer, fiar, cozinhar etc., somados à maternidade, aparecem comumente nas representações. Mesmo as alegorias associadas a deusas relacionam a figura feminina a essa condição.

Para além dessa representação corriqueira, mulheres que não se enquadravam nesses padrões foram retratadas como mulheres “da vida”, cuja conduta não deveria ser seguida pelas demais. As mulheres do campo das artes (dançarinas, cantoras, atrizes etc.) por muito tempo foram estigmatizadas como tal. Já as mulheres que trabalhavam em bordéis, assim como as musas da Antiguidade, serviam apenas para servir aos homens, estas últimas dando-lhes o talento, enquanto as primeiras davam-lhes inspiração.

A exploração da “condição feminina” associada ao ambiente doméstico, a representação de mulheres em situações míticas e o investimento da beleza e da nudez feminina pelos homens permanecem por séculos, naturalizando-se no universo das artes.

Os contextos colonial e escravista trazem ao conjunto de representações femininas outros enfoques. Embora permaneça um olhar masculino sobre as mulheres e uma tendência à exotização e erotização, a representação de mulheres negras não as restringe ao ambiente doméstico. Artistas como Johann Moritz Rugendas, Jean-Baptiste Debret, Simon Nébox, Joaquim Cândido Guillobel, Johan Baptist Spix e Karl Friedrich p. von Martius retrataram o trân-



Reprodução da capa original do romance “Úrsula”, de Maria Firmina dos Reis. NUNES, Ronayre. Conheça o clássico livro Úrsula, de Maria Firmina dos Reis. Correio Braziliense, 4 ago. 2017.

sito dessas mulheres pelos mundos privado e público, por meio de imagens com negras de tabuleiro, quitadeiras, retratando festas evidenciando sua marcada presença etc. Embora esse trânsito possa aparentar maior liberdade em relação às mulheres brancas abastadas, é impossível ignorar sua condição inferiorizada numa sociedade fundada com base no patriarcado e na escravidão.

Enquanto nos três primeiros séculos de colonização as experiências femininas vem sido acessadas por meio de fontes como processos da inquisição, processos-crime, leis, livros de medicina, crônicas de viagem, atas de batismo e casamento, no século XIX ampliam-se as fontes históricas, e diários, fotos, cartas, testamentos, relatórios médicos, relatórios policiais, jornais e pinturas demonstram o agenciamento dessas mulheres, cujas fontes em primeira pessoa amplificam suas vozes e nos possibilitam ouvi-las.

Apesar do ingresso de mulheres em Liceus e Academias de Artes Brasileiras só ter sido au-

torizado a partir de 1881 (com inúmeras restrições, como o uso de salas e ateliês separados e acesso impedido às aulas de modelo vivo), mesmo antes disso as mulheres já experimentavam o mundo das artes, seja como leitoras ou admiradoras de obras de arte, seja como produtoras. Fato admirável é a produção do romance “Úrsula” (1859), escrito por Maria Firmina dos Reis (1822-1917), primeiro livro literário escrito por uma mulher, que além de ter como autora uma mulher negra é precursor da temática abolicionista no Brasil. É simbólico o fato de que na obra a autora identifica seu sexo, mas não sua identidade. Assina-o apenas como “uma maranhense”. O uso de pseudônimos foi utilizado como estratégia para que obras produzidas por algumas mulheres para facilitar sua circulação no mundo público. Algumas assinavam suas obras apenas com o sobrenome dos maridos, ocultando sua identidade.

Outras mulheres artistas brasileiras do século XIX permanecem invisibilizadas, como Abigail de Andrade (1864-1890), Bertha Worms (1868-1937), Julieta de França (1870-1951) e Nicolina Vaz de Assis (1874-1941). No século XX despontam muitas artistas mulheres, que trabalham diversas linguagens, mas isso não garante lhes reconhecimento. Geralmente a maior parte permanece invisibilizada. Se agregarmos à discussão o reconhecimento das obras de arte produzidas por mulheres negras ampliamos ainda mais as lacunas. Com exceção de algum reconhecimento que ainda seja possível observar no campo da música, mulheres negras pintoras, escultoras, escritoras, atrizes, diretoras, fotógrafas etc., até hoje são raramente reconhecidas pelos seus pares profissionais e pela sociedade.

A presença feminina na preservação patrimonial é ainda maior quando nos debruçamos sobre o *Patrimônio Cultural Imaterial*, principalmente quando abrange comunidades tradicionais, como demonstram as Baianas do Acarajé, as Paneleiras de Goiabeiras (ES), as Rendeiras (SE), as Artesãs indígenas e negras, as Jongueiras, as Capoeiristas, as Sambadeiras etc.

Trazer à tona questionamentos sobre a presença ou ausência feminina em todos o processo de salvaguarda e comunicação das instituições museológicas implica encarar as maneiras como os processos de aquisições de coleções são realizados, as pesquisas sobre cultura material e imaterial são desenvolvidas, os discursos são construídos, a expografia é organizada e os processos educativos elaborados. Esses princípios norteiam a Museologia de Gênero, ou Museologia Feminista, que interpela os museus contemporâneos sobre sua

responsabilidade na construção de sociedades mais justas e igualitárias nos quesitos classe, raça, gênero, sexualidade etc., socialmente inclusivas, democráticas e participativas.

A dimensão identitária nesse contexto contribui não apenas para evidenciar a presença ou ausência feminina nos museus, como as de muitos outros grupos que compõem a nossa sociedade que merecem tanto serem representados nessas instituições quanto enxergarem representatividades nos campos da Museologia e do Patrimônio.

Referências

- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Protagonismo LGBT e Museologia Social: uma abordagem afirmativa aplicada à identidade de gênero. Cadernos do CEOM – Museologia Social. Chapecó: Unochapecó. Ano. 27, n.41, p. 175-192, dez. 2014.
- BULHÕES, Girlene Chagas. As louças de vovó, o prato do garimpeiro, a altura dos olhos e nuvens; abelhas, formigas, seleção e seletividade; patrimônio, fratrimônio, a casa da princesa do seu tição e o museu do djhair; a cabeça da medusa, árvores, rizomas, afetos, afetividades e bem viver; coleções, acervos, musgo e outras performances museais. Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-54, dez. 2016.
- CHAGAS, Mário; STORINO Claudia. Museu, Patrimônio e Cidade: camadas de sentido em Paraty. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT, vol. 47, n. 3, p.71-90, 2014.
- DEL PRIORE, Mary (org.). Histórias das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 3ª Ed., 2000.
- IPHAN. Bens Imateriais Registrados nos Estados. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1617/>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- _____. Mulheres que fazem o Patrimônio Cultural são destaque em campanha de redes sociais. IPHAN, 2 mar. 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5583/campanha-nas-redes-sociais-destaca-mulheres-que-fazem-o-patrimonio-cultural>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- MORAES WICHERS, Camila. Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura - provocações feministas. Revista de Arqueologia, vol. 30, n.2, 2017.
- _____. Museologia, feminismo e suas ondas de renovação. Museologia & Interdisciplinaridade, vol. 7, n.13, jan./jul. 2018.
- OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; QUEIROZ, Marijara Souza. Museologia - Substantivo feminino: reflexões sobre museologia e gênero no Brasil. São Paulo: Revista do Centro de Pesquisa e Formação, nº 5, setembro 2017.
- REIS, Maria Firmina dos. Úrsula e outras obras. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. – (Série prazer de ler; n. 11 e-book). Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/35999/ursula_obras_reis.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.
- SANTOS, Suzenilson da Silva. Os Kanindé no Ceará. O Museu indígena como uma experiência em museologia social. In: CURY, Marília Xavier (Org.). Museus e indígenas: saberes e ética, novos paradigmas em debate. São Paulo: Secretaria da Cultura: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2016. p. 156-160.
- SANTOS, Suzy da Silva. Diálogos entre a Capoeira e a Museologia Social. Cadernos de Sociomuseologia. Lisboa: ULHT, vol. 55, n. 12, p.73-88, 2018.
- _____. Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas. 2017. 724f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, MAE-USP, São Paulo, 2017.
- SELA, Eneida Maria Mercadante. Modos de ser, modos de ver: viajantes europeus e escravos africanos no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Profissão artista: pintoras e escultoras brasileiras entre 1884 e 1922. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), FFLCH-USP, São Paulo, 2004.
- VAQUINHAS, Irene. Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história. MIDAS [Online], 3, 2014 [publicado em 22 Mai. 2014]. Disponível em: <http://midas.revues.org/603>. Acesso em: 29 nov. 2016.

Museologia Feminista e direito à Memória

Ao pensarmos sobre Museologia, Memória e Feminismos, primeiro precisamos entender que a Museologia é uma área do conhecimento notadamente composta por personagens femininas, que a Memória constitui também a ideia de construção de identidade individual e coletiva, e que os Feminismos é um substantivo plural, interseccional e de várias cores e línguas. É a partir destas ponderações que podemos então tecer nossas percepções mais fidedignas sobre Museologia Feminista.

É conhecido que, desde o século XIX com o início dos primeiros cursos de formação para profissionais de museus no Brasil, percebe-se a ocupação majoritariamente de mulheres, e esse padrão se estende desde os dias atuais como muito bem relatado por Oliveira e Queiroz (2017), que nos apresentam que, apesar da existência de 14 cursos de bacharelado em Museologia no Brasil, o número de museólogas é significativamente superior ao número de museólogos.

O que podemos observar é que o caráter feminino permanece na Museologia e nos estudos museológicos brasileiros, porém, isto não significa de maneira alguma que a Museologia brasileira inteire a ausência de memória feminina nos museus, muito menos praticam uma Museologia Feminista. Neste sentido, é fundamental questionarmos em quais estruturas e relações

de poder as narrativas dos nossos museus e dos cursos de bacharelado em Museologia estão se fundando e então, refletirmos “sobre a existência ou não de equidade nos documentos, objetos e coleções que façam referência à história e memória das mulheres, nos mais diversos aspectos da vida social” (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017).

Em uma pesquisa realizada anteriormente (LIMA, 2017), foi levantado questões relativas ao feminismo, gênero e sexualidade nas produções textuais da Museologia Brasileira. Nessa foram levantados um total de 1.085 trabalhos entre monografias, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado em um recorte entre 2004 a 2017. Especificamente sobre as monografias dos cursos de Bacharelado em Museologia, foi utilizado como fonte de dados a produção de ALVES (2016), em que o mesmo realizou um levantamento dos trabalhos de TCC dos cursos de Bacharelado em Museologia no Brasil, tendo como recorte temporal o intervalo de 2008 a 2014. Segundo esta pesquisa, nesse período se encontrou um total de 661 trabalhos monográficos, onde foram identificados um total de 511 TCC escritos por mulheres, entretanto, apenas 5 deste montante abordaram as categorias analisadas, sendo três produções sobre gênero (RODRIGUES, 2010; MARTINS, 2012; OLIVEIRA, 2014) e um trabalho sobre feminismo (GOUDINHO, 2014), além de apenas um sobre sexualidade LGBT (BOITA, 2014).

De modo geral a produção realizada por mulheres foi superior em todos as modalidades de pesquisa levantadas, o que corrobora com os apontamentos de Oliveira e Queiroz (2017). Estas constatações, portanto, nos obriga a “questionar as políticas institucionais que são formuladas a partir da apropriação ou não do debate sobre os direitos das mulheres à memória”, como nos convoca as autoras citadas.

Podemos, então, afirmar que a Museologia é uma área extremamente fértil e propulsora de abordagens que perpassam para além das teorias acadêmicas, pois, por ser uma área que atua diretamente com os mais variados públicos e campos do saber, ela possui em sua estrutura uma capacidade política de se conectar com ações afirmativas. A partir da compreensão das relações de gênero e feminismos, a Museologia tem a capacidade de auxiliar diretamente na retomada de direitos humanos, bem como na construção de narrativas efetivamente democráticas e participativas, tornando as (os) sujeitas (os) protagonistas de seus próprios patrimônios.

Moras Wichers (2018) aponta que a partir da cadeia museológica, pode-se possibilitar um processo onde, “preservar é utilizar esses indicadores e referências para a construção de uma sociedade mais justa”. A autora apresenta uma interessante abordagem sobre a relação de como as ondas do feminismo influenciaram diretamente nas ondas museológicas. Ela aponta questões importantes sobre o entendimento de uma Pedagogia da Memória, entendendo que “as narrativas construídas a partir dos museus e patrimônios são [...] parte da memória cultural e, desse ponto de vista, participam ativamente nos processos de normatização ou emancipação de corpos e mentes”.

Esta fala é importante pois, percebemos que as memórias que são reiteradas em uma parcela significativa dos museus brasileiros, ainda estão pautadas por uma característica androcêntrica, heteronormativa e branca. Diante de um falso discurso neutro, estas narrativas acabam por promover a exclusão de memórias femininas, (como também de qualquer identidade que

não esteja contemplada no homem cis, branco, hétero e de classe alta), que possibilitem de fato uma transformação sociocultural, ao contrário, reafirmam um discurso branco, opressor, castrador, machista e dominador.

A autora aponta no texto uma relação entre as ondas do feminismo e da Museologia, perpassando pelos caminhos da Nova Museologia, como também a Sociomuseologia ou Museologia Social, entendo que “é nas práticas comunitárias e educativas em memória e Museologia Social que temos uma plataforma onde a intervenção museológica tem a potência articular [...] com o movimento feminista interseccional”. Entretanto, entendo que estes movimentos foram fundamentais para promover uma crítica a ações congeladoras e elitistas das quais o campo permanecia imersa, e ainda, infelizmente, permanece, entretanto, proponho aqui pensarmos um novo padrão, uma Museologia Feminista.



Banner Oficial da exposição “Mulheres no Sertão Goiano”. (Acervo pessoal).

Acredito que a Museologia, sendo ela sozinha ou seguida de qualquer sufixo, tem em sua própria estrutura um caráter social e consequentemente pode se tornar mediadora de ações democráticas, uma ferramenta diferenciada para o desenvolvimento social e princi-

palmente para ações que reconstruam narrativas em busca de uma sociedade mais justa e atuante nos Direitos Humanos e Culturais.

Como exemplo de uma iniciativa que buscou de alguma forma debater junto à comunidade as questões de Gênero e Feminismos dentro de um museu tradicional foi a exposição “Mulheres no Sertão Goiano”.

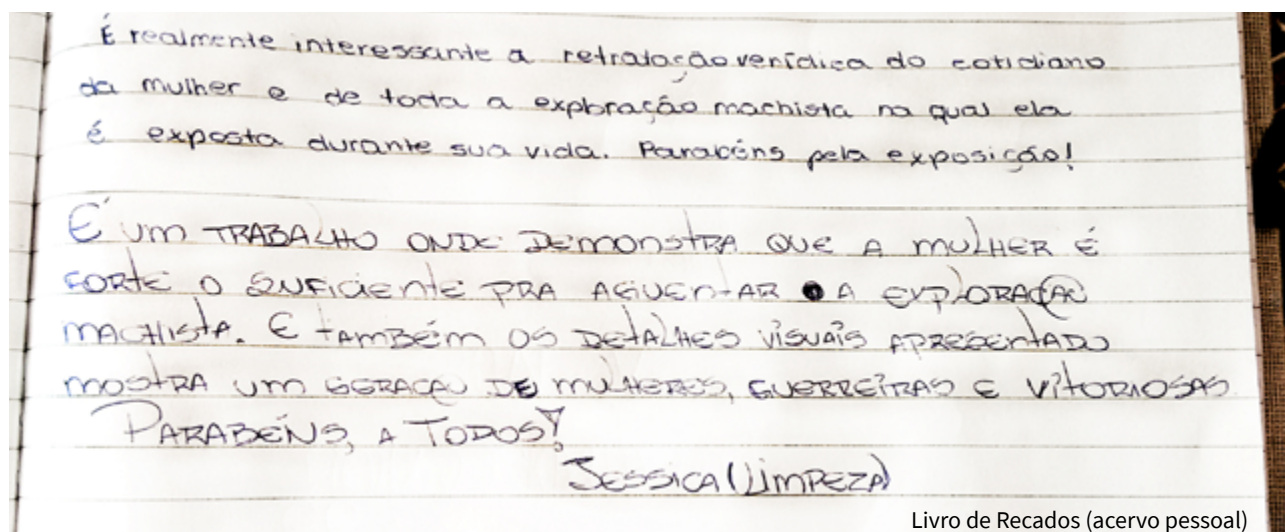
A exposição de curta duração surgiu a partir da disciplina de Comunicação Patrimonial IV no curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Goiás, ofertada pelo professor Tony Boita, a mesma foi concebida no Museu Antropológico da UFG.

Dentro de uma perspectiva que buscava dar visibilidade, e porque não dizer, uma tentativa singela de preencher a lacuna causada

de opressão e de libertação feminina na sociedade goiana”.

Outro aspecto que favoreceu para o destaque desta exposição foram suas visitas guiadas e ações educativas que promoveram uma discussão ampla com a sociedade sobre temas relacionados a Gênero, Feminismos e suas interseccionalidades. A exposição também oferecia módulos interativos, além de ter a possibilidade de interferência no próprio acervo da exposição.

Tratava-se, portanto, de uma exposição realizada em função de uma disciplina de curso de graduação, feita sem nenhum recurso financeiro, com curadoria colaborativa, e sendo realizada “no espaço que tinha” dentro de uma instituição de memória. Mulheres no Sertão Goiano foi uma exposição que superou expectativas e



pela falta do direito à memória das mulheres, nós, curadoras da exposição, optamos por apresentar uma proposta onde refletíssemos sobre novas formas de representação, e também com o intuito maior de homenagear mulheres goianas. Com isto, a exposição foi então elaborada em 4 módulos, sendo eles: Violências, Educação, Ofícios e Direitos.

Desta forma a exposição apresenta em seu *release* que “pretende provocar uma reflexão sobre o lugar da mulher no sertão goiano, construindo uma reflexão profunda sobre cenários

se apresentou como precedente para futuras exposições curriculares do mesmo curso que refletiam sobre as questões de gênero, feminismos e direito a memória.

Em uma análise mais detalhada e profunda, podemos perceber alguns pontos conflitantes nas narrativas de gênero abordadas, todavia, esse ponto apenas demonstra como estamos imersos ao “resultado das relações de poder estabelecidas por meio das relações de gênero” (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2017), que insistem em permanecer mesmo quando buscamos

questioná-los. O que cabe agora é percebermos que a partir de uma intenção de alunas do bacharelado em Museologia, sem recursos e sem apoio, a não ser é claro, de nosso sempre disposto professor, conseguimos promover de alguma forma um sentimento de pertencimento as mulheres que visitaram a exposição. Houve muitos relatos de senhoras que pela primeira vez visitavam um museu e naquele momento se sentiram representadas e perceberam que sua vida, sua história, e suas memórias eram tão importantes quanto qualquer outra, chegando ao ponto de serem inclusive expostas em uma instituição de poder.

Com isto trago a exemplifico a importância do direito à memória, entendendo que o mesmo se estabelece por meio de uma reparação, como também promove uma luta por reconhecimento. A democratização dos acervos museológicos promove o direito de ser lembrado por outros grupos que diferenciam da arcaica elite branca, letrada, masculina e héteronor-

mativa, que continua sendo hegemônica nos museus brasileiros.

Desta forma, entendemos aqui que quando levantamos o direito à memória e consequentemente uma Museologia Feminista, não estamos pensando sobre personalidades de mulheres específicas a serem biografadas, ao contrário, pretendemos ampliar as potencialidades para construir as mais variadas memórias de referências femininas, bem como potencializar as formas de representações e de resistências, entendendo que, o direito da memória implica diretamente nas condutas de relação do poder. Sendo assim, a mulher precisa ter o seu lugar reconhecido e representado para que a partir desse direito as mesmas consigam transformar sua realidade social. Este campo se coloca como um movimento de pedagogização para práticas museológicas e feministas e, sobretudo, como um campo de luta política por ser uma ferramenta com a capacidade de reescrever o passado, representar o presente e transformar o futuro.

Referências

ALVES, Marcos Francisco. Caminhos da Pesquisa Museológica no Brasil; Temas e tendências nos Trabalhos de Conclusão de Curso (2008-2014). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Goiás, 2016.

BOITA, Tony Willian. Memória LGBT: mapeamento e musealização em Revista. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Goiás, 2014.

GOUDINHO, Julia Mourano. Mulheres artistas em revolução: Museologia, Feminismo e Arte. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

LIMA, Allinny Raphaelle Vitor De. Olhares e Críticas Feministas sobre a Museologia: Mapeamento e Museu Virtual. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Goiás, 2017.

MARTINS, Thayane Sampaio. Gênero e Ciência no Museu da Farmácia: a trajetória de Maria Vasconcellos e a construção de uma memória diluída. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

MORAES WICHERS, Camila A. de. Museologia, feminis-

mos e suas ondas de renovação. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol. 7, nº13, Jan./jJun. de 2018.

OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; QUEIROZ, Marijara Souza. Museologia – substantivo feminino: reflexões sobre museologia e gênero no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação / N° 5*, setembro 2017.

OLIVEIRA, Anna Luísa Santos de. As representações de Gênero no Instituto Feminino da Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RODRIGUES, Andréia da Fonseca. Gênero no espaço do Museu: uma leitura social da exposição “Entre rendas, chapéus e boas maneiras. Museu Municipal Parque da Baronesa, Pelotas/RS, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Pelotas, 2010.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *Revista História Oral*, v. 15, n. 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012.

Educação para a diversidade de gênero nos museus: algumas provocações

Jezulino Lúcio Mendes Braga
Curso de Museologia-UFMG

Os museus são ambientes ricamente estruturados que conservam referências materiais, registros de memória, e que também nos remete a própria idéia do patrimônio, pois nos gestos de salvaguarda e perda estão implícitos as estruturas mentais da sociedade e a forma como a sociedade quer ser lembrada. Os museus são frutos de escolhas arbitrárias. Arbítrios que são acompanhados de silenciamentos, pois onde há memória há também esquecimento.

Os museus propõem uma narrativa que pode nos encantar e desencantar, causar conforto e horror, isso porque o museu também nos expõe. O museu revela o nosso lado humano e proporciona experiências das quais nos apropriamos para usá-las em nossa vida cotidiana.

A exposição em um museu relaciona o visível e o invisível, o material e o imaterial e encarna nossa experiência sensível. O sujeito visitante também encarna o museu, pois experimenta o museu com o corpo. Ao mesmo tempo o museu nos encarna porque por ele atravessamos, constituímos itinerários, relembramos, comentamos ou simplesmente silenciados. A experiência é essencialmente imaterial, enquanto a visão, como o olfato e o paladar, faz parte dos sentidos humanos. É preciso assim entender que somos atravessados pela exposição do museu.

No museu os visitantes são sujeitos andarilhos que percorrem um trajeto em relação com objetos, cenários, espaços vazios e com outros sujeitos no museu. O museu convida a percorrer esse trajeto, por onde os visitantes andarilhos fazem trilhas em busca por conhecimento ou outras mediações possíveis com a exposição.

Os sujeitos andarilhos nos museus usam em primeiro lugar o corpo e com ele subverte a lógica imposta pela exposição. No seu trajeto pelo



museu os sujeitos andarilhos observam por um tempo maior um objeto, passam por outros, fazem leitura das legendas e textos, partilham com outros sujeitos impressões em sua trajetória nas galerias, escutam ou ignoram a mediação dos educadores. Enfim, a experiência de uma visita ao museu é antes de tudo humana.

O museu se constrói como fenômeno humano, pois nessa morada de dispersões há o encontro do ser com a própria coisa. E a tentativa de compreensão das coisas no mundo e os modos de nele estar não se faz por meio de uma percepção passiva, mas resulta do esforço do ser em sua presença (MERLEAU-PONTY, 1999, p.94). E há também o encontro do ser com outros seres, pois como em nossa presença no mundo estamos abertos a outros seres a partir de nossos reflexos, sensações e percepções.

Como uma morada de fragmentos o museu é um cenário de deslocamentos. Os sujeitos percorrem a narrativa organizada pelos projetos curatoriais e propõem outras, muito menos universais e objetivas, que fazem parte de sua memória individual. Por meio de uma concepção de museu como “morada babélica”¹ com

suas diversas linguagens, na qual o sujeito é um andarilho e os objetos são ideias moventes, tocantes e provocadoras (PEREIRA, 2007), o museu deixaria de ser um espaço apenas de curiosidade que transporta o sujeito a outro tempo (caixa monumento) e possibilitaria sentir empaticamente as implicações do passado no presente. Portanto é o museu uma morada babélica, local de experimentação dos corpos e de reconhecimento de nossa humanidade.

A partir destas reflexões retomo a questão colocada para sinalizar um debate atual e necessário: podem os museus contribuir para a superação das fobias de condição sexual, identidade e gênero? Se considerarmos esta possibilidade, quais estratégias podem ser empregadas nos museus?

Para Mário Chagas os museus estão entre os locais que nos proporcionam a mais elevada idéia do homem:

Eles são janelas, portas e portais; eles poéticos entre a memória e o esquecimento, entre o eu e o outro; eles políticos entre o sim e o não, entre o indivíduo e a sociedade. Tudo o que é humano tem espaço nos museus. Eles são bons para exercitar pensamentos, tocar afetos, estimular ações, inspirações e intuições (CHAGAS & STORINO: 2007, 6).

Investimos em uma museologia política, como instância que permite ao homem atuar no real, transformando-o positivamente, em busca de uma sociedade justa e igualitária. E neste sentido se faz necessário repensar nossos protocolos, em busca de uma museologia transitória.

De acordo com Chagas “(...) é o museu dialogando com o seu tempo, assumindo a transitoriedade como um dado. Assumindo que



pode ser transitório e ainda assim cumprir funções importantes (DIAS: 2014, p 110). Para o autor a museologia da transitoriedade não deixa de ter grande relevância, na busca de novos problemas por meio das mesmas coleções.

Nesta perspectiva importa os processos museais, as inquirições por meio das coleções, os procedimentos e metodologias a partir de um problema. É um museu travestido, porquê rompe com o modelo tradicional baseado na eternidade das narrativas canônicas totais.

E de fato se queremos uma museologia comprometida com as questões LGBT é necessário que este debate esteja presente na formação dos museólogos. Em 2017 iniciamos no curso de museologia da UFMG a atividade acadêmica curricular (AAC) *Museus e Diversidade*, aprovada pelo colegiado como atividade acadêmica curricular no núcleo de optativa. Em 2019 ofertamos a mesma disciplina também na Formação Transversal da UFMG abrindo vagas para todos cursos de graduação.

Tratava-se da primeira vez que o debate sobre gênero e diversidade no campo da museologia foi ofertado na universidade. Nos 3 semestres em que a disciplina foi ofertada tivemos 85 estudantes matriculados. Desse total, 71 eram graduandos em museologia. A alta procura pela disciplina justifica sua permanência na matriz curricular do curso e na oferta da Formação Transversal.

Como desdobramento das atividades desenvolvidas, estabelecemos parceria com pesquisadores do campo da Memória LGBT e implantamos em 2019 o Centro de Estudos, Pesquisas e Memória Cintura Fina.

O nome do Centro homenageia Cintura Fina, que nasceu em 1933 em Fortaleza-CE; chegou em Belo Horizonte em 1953 e foi uma pessoa de extrema importância da cena LGBT de BH. O Centro de Estudos, Pesquisas e Memória Cintura Fina pretende ser o primeiro espaço de pesquisa, estudos e memória LGBT na capital mineira e atualmente possui um acervo formado principalmente por recortes de jornais, livros, revistas e fotos. O acervo foi

doado pelo Prof. Luiz Morando, que pesquisa sobre vida social e cultural LGBT na cidade de Belo Horizonte e atualmente está em uma sala dentro da biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH)

Em termos de bibliografia e debates tivemos que incorporar além das questões LGBT a história das mulheres nos museus. Esta demanda surgiu na primeira aula em que foi apresentada a ementa aos estudantes. O debate sobre o feminismo não poderia ficar de fora de um curso em que a maioria dos estudantes se indentificam como mulher cis gênero.

Consideramos que existe uma bibliografia que trata das questões teóricas e metodológicas de uma museologia que tem como tema as mulheres e os LGBT's. Ao formatar a ementa para a AAC, levantamos o que poderia ser disponibilizado aos estudantes por meio de artigos, capítulos de livros, teses, dissertações.

As referencias bibliográficas foram organizadas nos seguintes temas: museus e o feminino, museologia e LGBT's, coleções de museus e questões de gênero e sexualidades dissidentes.

A dinâmica da ACC foi de seminários e visitas a museus. Os estudantes liam o texto selecionado na bibliografia básica e debatíamos em sala de aula. Pesquisadores do campo da memória LGBT e das questões de gênero e museus foram convidados para Aulas Abertas. Nestas aulas foi possível discutir experiências de exposições em museus, pesquisas em andamento sobre cidade e sexualidades dissidentes, cartografias LGBT em Belo Horizontes, arquivos para estudos da memória LGBT, entre outros temas.

As visitas e análise de exposições nos museus se dava por meio virtual nos sites dos museus², identificando coleções de objetos, textos expográficos e imagens. No último semestre, fizemos uma visita o Museu de Arte da Pampulha onde estava exposta a instalação Tabernáculo da Edificação da artista travesti baiana Ventura Profana.

Em Tabernáculo da Edificação a artista problematiza os efeitos sociais, culturais e políti-

cos dos processos de tradução e interpretação de textos bíblicos, que segundo sua interpretação foram historicamente apropriados por projetos políticos de embranquecimento e concentração de poder.

A artista propõe a disputa por outras narrativas como a de corpos dissidentes, não hegemônicos e não-normativos. Afirmando a si mesma como um corpo apocalíptico, defende a resignificação e a apropriação do milagre como potência de vida. Tabernáculo da Edificação, sua proposta para o programa Bolsa Pampulha envolve estudos e redesenhos de mobiliários geralmente encontrados em Igrejas, assim como a gravação de um clipe em que possa professar, em alto e bom tom, suas palavras de salvação.³

No MAP foram debatidas outras obras em exposição como a interpretação do universo feminino feito e das nossas raízes afro-indígenas. A visita ao museu potencializou as discussões



Viisita ao Museu de Arte da Pampulha

bibliográficas e as inquições sobre o lugar das mulheres e LGBT nos museus tanto como produtores e produtoras de arte, como representados e representadas nas coleções.

A atividade acadêmica curricular continuará a ser ofertada como Formação Transversal e optativa no curso de museologia. Com este debate pretendemos contribuir para que os museus sejam ferramentas de luta contra preconceitos de gênero e condição sexual.

1 Museu como espaço da dispersão, pluralidade, onde reside o paradoxo da salvaguarda e da irremediável perda que implica a própria vida. Museu como espaço das diversas linguagens e de possibilidade de partilhar experiências.

2 https://memoriaslgbt.com/2020/04/05/10=-museus/?fbclid=IwAR3-oKGjzRokDiNP_1LqKKrNIWvry-hZpumokISdqfSIX2SHX-Zd8e9n6Z5I

3 <http://www.jaca.center/ventura-profana-br/>

Referências

CHAGAS, Mario de Souza; STORINO, Claudia M. P. Os museus são bons para pensar, sentir e agir. In: MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia, Rio de Janeiro, n. 3, 2007: p. 6-8.

DIAS, Maria Cristina Dias. Os museus podem contribuir para a dignidade da pessoa humana para a dignidade social. (Entrevista com Mário Chagas). Confluências Culturais. V 3, Setembro de 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PEREIRA, Junia Sales. Escola e Museu: diálogos e práticas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus/CEFOP-PUC-Minas, 2007.



Território, Memória e *Viadagens*: Notas para uma Musealização da *Fechação*

Vinícius Santos da Silva Zacarias

Museólogo, Doutorando do Posafro/UFBA e Professor Substituto no Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia)



Contextos etnográficos

Neste resumo expandido de uma pesquisa antropológica em andamento, abordarei as produções de identidade e os processos de subjetivação dos *viados de fanfarra*, a partir do método da etnografia crítica e multi-situada. Os *viados de fanfarra* são sujeitos racializados, sexo-gêneros discordantes e periféricos que compõe os pelotões de bandas e fanfarras na Bahia. A análise recairá nas experiências socioculturais existentes no Beco do Rosário em Salvador, o último trecho do Desfile Cívico de Dois de Julho, compreendido como “território da fechoação”.

Este universo etnográfico está imbuído de aspectos interseccionais de raça, gênero e classe (CRENSHAW, 2002), tornando este fenômeno como um importante objeto de análise para entender a dinâmica da agência de homens negros periféricos, com comportamento em dissidência¹, que vivem na cidade latino-americana mais negra fora da África² e no país sul-americano que mais mata LGBT's no globo³. Este aspecto da pesquisa almeja contribuir para o alargamento de possibilidade da “musealização” (VAN MENSCH, 1994), evidenciando que lugares de memória são também agregados em lócus de justiça social, resistência subalterna e promoção do respeito as diversidades humanas, através da experiência de eventos históricos e performances culturais.

Relaciono, portanto, os conteúdos empíricos-teóricos de aspectos místicos do passado, frente as contradições sociais presentes, a partir da noções de evento-território, memória, representação do gênero e violências homofóbico-raciais, demarcadas nos espetáculos de fanfarras ocorridos no espaço histórico e urbano da cidade de Salvador para defender a musealização do Beco do Rosário como espaço transitório das memórias de sujeitos subalternizados, portanto, o evento-território de memória.

Conhecendo a fechação

Na sociedade latino-americana, historicamente construída através do patriarcado, estruturada com base no racismo e regida pelo heterossexismo, assistimos à manifestação dos desfiles cívico⁴ em Salvador, na Bahia, num cenário etnográfico marcado pela apoteose performativa dos *viados de fanfarra*. Este tradicional espetáculo de rua, herdado dos rituais militares, foi marcado, ao longo dos tempos, pela apresentação de bandas de fanfarras – grupos musicais itinerantes que integram blocos formados por homens negros que desenvolvem performances que tensionam os signos de gênero e conduta racial com altas doses de extravagância.⁵

Suas performances são caracterizadas pela transgressão à rigidez corpórea atribuída a papéis masculinos e, sobretudo, de forma mais intensa, aos homens negros (FAUSTINO, 2014). Mesmo assim, causa efeitos contrários à ojeriza ou rejeição generalizadas de quem assiste ao espetáculo. Ou seja, a ação performativa desses homens negros em dissidência, também entendidos como “agenciamentos” performativos – inspirados na noção de “agência do sujeito social” (GIDDENS, 2003) e refletido na “questão da agência” nas relações pós-coloniais (BHABHA, 1998) e que vão desde o ato do espetáculo a suas intervenções no tecido cotidiano –, é altamente valorada pela audiência⁶ que assiste e cria expectativas em torno dessas apresentações.

Lugar da memória: o território da fechação

O foco descritivo deste *paper* recai nas dinâmicas sociais imbricadas no “território da fechação”⁷, ocupação urbana efêmera construída pela comunidade LGBT no último trecho do Desfile de Dois de Julho em Salvador. Lócus de resistência criativa, Beco do Rosário localiza-se numa das esquinas da Avenida Sete de Setembro, percurso oficial deste desfile cívico, e leva esse nome por ser do lado da Igreja do Rosário. Desta forma, constata-se que este é um território inventado anualmente para acolher pessoas dissidentes sexuais, negros e periféricos não apenas no Carnaval de Salvador, mas sobretudo no Desfile Cívico de Dois de Julho.

Por ser conhecido como lugar do *viadeiro*, ou seja, onde a comunidade LGBT, prostitutas e estudantes universitários se concentram durante a celebração cívica, é considerado como o trecho da “balbúrdia”. Por causa disso, os frequentadores do lugar resinificaram esta experiência, passando a reconhecer a “balbúrdia” com uma das características marcantes da sociabilização entre os diferentes. Essas características são compostas por códigos, práticas e condutas que fortalecem este território identitário, denominando, assim, de “território da fechação”.

O entendimento destes territórios sociais efêmeros marcados pela diferença foi inspirado na ideia “evento-território” de Osmundo Pinho (1998), quando descreve sobre a formação de territorialidades no Bar do Raggae e no Bar Cultural, no Pelourinho, em finais da década de 90.

A diversidade de agentes sociais ou de grupos mais ou menos estruturados que interagem no Pelourinho encontra, na definição de relações codificadas com o espaço, um princípio de organização que institui lugares e territorialidades. O sentido



Desfile 02 de Julho Salvador. Balizador Ícaro Querino. Foto de Genilson Coutinho, Dois Terços, 2017

de lugar funciona como um mapa para a experiência das identidades no Pelourinho. Identidades que se materializam transitória e fugazmente em torno de narrativas ou práticas (PINHO, 1998, p. 266).

Tal como este exemplo, o Beco do Rosário enquanto “território da *fechação*” organiza-se anualmente para o Desfile Cívico do Dois de Julho, especificamente para a espera dos *viados de fanfarra*, pois durante os outros dias, no período diurno, há o funcionamento do comércio de informais e no período noturno é ocupado pela boemia, com bares e shows, no centro da cidade.

Mesmo negligenciado pelo roteiro oficial do desfile cívico, é o ponto mais conhecido no cortejo, resultado da confluência de sentidos erguida ao longo dos anos por seus frequenta-

dores. Tornando-o território de memória menos importante, ambientada num cenário de resistência cultural de sujeitos subalternizados, como explica Bezerra de Mezenes (2018), definindo como lugar “inferior à dos ‘ambientes de memória’, esta sim, memória primária, como experiência em curso, vivida e compartilhada, agora sobrevivente apenas em bolsões culturais” (BEZERRA DE MENEZES, 2018, p. 4), referindo-se ao conceito de “lugar de memória” de Pierre Nora (1993).

Defendemos a musealização do Beco do Rosário como espaço transitório das memórias de sujeitos subalternizados que agem de forma criativa ante a estrutura social, formando sociabilidades e produzindo identidades. Esse fenômeno, quando observado pela lente da Museologia, possibilita a reflexão sobre um eminente novo objeto de estudo do campo: o evento-território de memória.

Dado os elementos constitutivos do Beco do Rosário como lugar da *fechação*, faz-se imperativo a problematização da memória coletiva, compartilhada em signos culturais de resistências criativas, compreensíveis na expressão das performances dos *viados de fanfarra*. A partir das reivindicações do espaço de sociabilidade, figuras canônicas dos guetos LGBT são consagradas, como um exercício de justiça.

Dentre essas figuras, ressaltamos a persona de Hilda Furação, pessoa conhecida entre frequentadores de festas de rua em Salvador. É artista cativa das Terças de Gerônimo no Centro Histórico de Salvador e acompanhou o cantor em shows pela Bahia, performando na marcante música “Direito do Viado”. Participante antiga do movimento LGBT baiano, a performance de Hilda no Beco Rosário é ovacionada entre todas as pessoas. No entanto, observou-se que tal ovacionamento não se dá por elasticidade ou movimento acrobáticos, como os demais balizadores de fanfarra, mas pelo seu legado de luta performática cotidiana na cena soteropolitana. Sendo assim, seu corpo e sua desenvoltura propõe indícios da memória por justiça e direitos humanos, problematizando as memórias de traumas da violência e criando de mártires de resistência.

“Daí a necessidade de problematizar a memória, problematizar a memória do trauma. Isto significa, antes de mais nada, que tanto a memória, como, aliás a cultura, quanto, enfim, as comunidades identitárias não são fenômenos ou entidades homogêneas, pré-definidas, estáticas. São complexos em processos de transformação permanente ao sabor dos interesses humanos e das forças atuantes nos contextos. Em consequência, os maniqueísmos, as batalhas entre os bons e os maus não são um caminho aconselhável.” (DE MENEZES, p. 10, 2018)

Os *viados de fanfarra* carregam consigo uma autonomização social, uma vida própria, uma manipulação das regras e estereótipos racializadas e generificadas da cultura (MONHÖZ, 2011). Isso compartilhado, identificado e impulsionado com outros, formam uma unidade com códigos próprios de sobrevivência. Em resumo, os *viados de fanfarra* conseguem a proeza de posicionar-se em unidades dentro de uma organização ainda tradicional e, estrategicamente, se firmam como protagonistas e de agentes de resistência, anunciam e organizam um território demarcado pela *fechação*⁸.



Hilda Furação e viadeiros interagindo com a Fanfarra Municipal da Palestina (FAMUP), Salvador. Foto: Vinícius Zacarias. 2018



Beco do Rosário aguardando a chegada dos *viados de fanfarra* no Desfile Cívico de Dois de Julho, Salvador. Foto: Vinícius Zacarias. 2018

Referências

1 Chamaremos de “dissidência” o comportamento de gênero racializado desviante contido nas performances desses homens negros.

2 Dados do Mapa de População Preta e Parda no Brasil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) apontam que Salvador/Ba tem aproximadamente dois milhões e cem mil habitantes pretos e pardos, quase 80% da população geral.

3 Segundo dados de assassinatos levantados entre 2008 à 2016 da Transgender Europe, o Brasil assassinou 887 pessoas travestis e transexuais. Somados aos dados do Grupo Gay da Bahia, que só em 2017 foram registrados 445 homicídios de LGBTs no Brasil.

4 Espetáculo de rua, oriundo de tradição comemorativa cívico-militar. Ao longo do tempo, os desfiles cívicos vêm se modificando ao incorporar elementos temáticos, cênicos, coreográficos e religiosos na suas manifestações. Uma dessas modificações é a presença dos *viados de fanfarra*. Mais informações sobre o fenômeno dos Desfile de Dois de Julho em Salvador estão na dissertação “Etnografia da Fechação: Performances de Homens Negros Balizadores na Bahia” (SILVA, 2019).

5 É importante ressaltar que em sua maioria, as apresentação das fanfarras ou bandas não são marcadas pelas performances apoteóticas dos *viados de fanfarra*. Trata-se de um fenômeno sociocultural muito participar do Recôncavo da Bahia e Salvador.

6 Termo utilizado por Richard Schechner (1985) em seus estudos sobre performances, se referindo ao público que assiste e ao mesmo tempo interage com o ato. O cabedal conceitual dos estudos de performances da pesquisa também estão inspirados a partir da noção de “arquivo-repertório” de Diana Tylor (TYLOR, 2013).

7 Território da Fechação foi o termo utilizado pelo autor para definir o Beco do Rosário, trecho final do Desfile de Dois de Julho em Salvador. Este trecho se configura como um espaço de sociabilidade LGBT durante o evento e ascende-se ao ápice apoteótico no momento da chegada dos *viados de fanfarra*. O trabalho de campo inicial para obtenção desses dados deu-se através de observação sistemática com diário de campo.

8 O conceito êmico *fechação* é fundamental para compreender as significações envolvidas entre os *viados de fanfarra* na Bahia, pois esses tensionam os signos de masculinidade/feminilidade nas apresentações nos desfiles de rua. A *fechação* traz um conjunto de elementos que o dimensionam a potência do campo para além do ato performático e vão em direção ao aspectos que marcam a vida social desses sujeitos. Equalizam-se ao conceito as categorias de *viadeiro* e *churria*. O trabalho de campo inicial para obtenção desses dados deu-se através de observação sistemática com diário de campo.

DE MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. Palestra conferida no 10º Encontro Paulista de Museus – Memorial da América Latina, 2018.

PINHO, Osmundo de Araújo. Espaço, poder e relações raciais: o caso do Centro Histórico de Salvador. *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. In: (Revista ou Anais), p. 171-188, 2002.

BHABHA, H. K. (1998). O pós-colonial e o pós-moderno: a questão da agência. *O local da cultura*, 239-273.

FAUSTINO NKOSI, Deivison Mendes. O pênis sem falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva A. (org.) *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 75-104, 2014.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade* (P. Dentzien, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SCHECHNER, Richard. *Between Theater and Anthropology*. Philadelphia: The University of Pennsylvania Press, 1985.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

SILVA, Vinícius Santos da. *Etnografia da fechação: performances de homens negros balizadores de fanfarra na Bahia*. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB). Cachoeira, BA, 2019.

MUÑOZ, José Esteban. *Disidentifications: gays of Color and the Performance of Politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

NORA, Pierre et al. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993.

VAN MENSCH, Peter. *O objeto de estudo da museologia*. Uni-Rio; UGF, 1994.



O Youtube enquanto ferramenta para salvaguarda de memórias do Movimento LGBTQ+ e de Mulheres em Rondônia

Lauri Miranda Silva

(Doutoranda em História pelo PPGH da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Recentemente criei um canal no Youtube onde tenho por finalidade trabalhar de modo interdisciplinar com vídeos criados por mim, sobre a história do Movimento LGBTQ+ e de Mulheres em Rondônia, entre outros temas, de modo a termos mais um instrumento de salvaguarda de nossas memórias. Este trabalho surgiu a partir da minha pesquisa de doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que está em andamento, intitulada *Identidades e narrativas: as resistências de militantes dos movimentos LGBTQ+ e de Mulheres em Rondônia (a partir da década de 1980 até o presente)*.

É um trabalho fruto de minha monografia de bacharelado onde pesquisei e escrevi sobre o primeiro Movimento LGBTIQ+ de Porto Velho/RO, denominado Camaleão, que surgiu em meados dos anos 1990, com a explosão da contaminação pelo vírus do HIV/AIDS, organizado por um grupo de amigos, sensibilizados com a situação de exclusão social e a perda de muitas pessoas próximas no início da epidemia. Esse grupo, pioneiro em Rondônia, foi formado por homossexuais na cidade e encerrou suas atividades por falta de apoio e de voluntários na mesma década. O meu trabalho monográfico serviu para a criação dos vídeos para o Canal que criei, pensando na visibilidade e representatividade através das memórias do Movimento LGBTIQ+ na Amazônia.

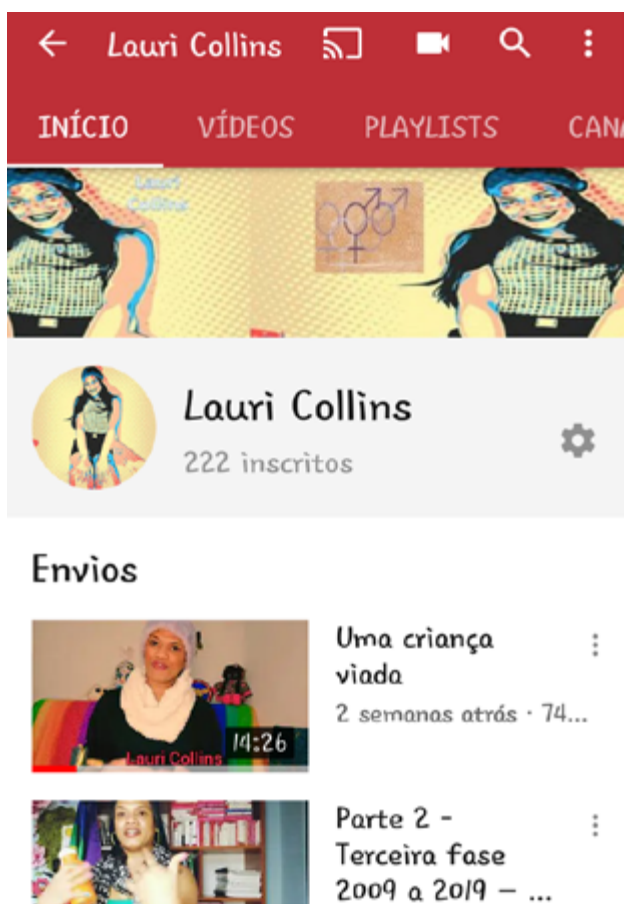
A pesquisa monográfica foi realizada a partir de análise documental, através de atas, relatórios, projetos, cartilhas, folders e imagens pesquisados na extinta Ong Tucuxi. Não realizei entrevistas com os militantes na época, devido ao curto prazo do bacharelado e pelas especificidades metodológicas do trabalho. Nesse sentido, percebi a necessidade em dar continuidade à pesquisa numa perspectiva de resistência acadêmica com relação a essas temáticas e a importância de contribuir para o debate historiográfico em torno das relações de gênero e diversidade sexual na história, ampliando o debate a partir dos estudos sobre os Movimentos de mulheres e/ou feministas e os Movimentos LGBTIQ+ em Rondônia, por perceber que eles têm um inimigo em comum e que se apóiam mutuamente contra o sistema de dominação que discrimina, exclui e oprime.

Tenho por objetivos mostrar a luta e as resistências desses grupos, ONGs e coletivos, valorizando as identidades e as memórias d@s militantes em RO. Este trabalho busca romper com o discurso dominante e colonizador, pois compreendo de antemão que @s militantes têm saberes e vozes, e podem pensar as próprias condições de opressão no lugar onde estão inserid@s.

A importância desse trabalho se construirá através de uma visão humanística e solidária, a partir do contato com @s militantes, do processo das entrevistas e dos diálogos que ocuparão o andamento do projeto. Nesse sentido, vejo a necessidade de pesquisar, escrever e documentar, a partir das narrativas e das observações que serão feitas, o mundo vivido, a experiência, a luta, a resistência, a conexão entre ambos os Movimentos, a subjetividade e a formação da identidade dess@s militantes no lugar e no espaço que ocupam, visibilizando e dando representatividade às lutas dos movimentos de mulheres e de LGBTIQ+ na história contra as opressões do sistema cisheteropatriarcal e homotransfóbico.

Meu referencial teórico-metodológico se dá a partir de uma história oral que busque estabelecer uma poética da existência, da resistência, da memória, da luta, da experiência e da narrativa, uma poética da leitura e de uma hermenêutica do presente, com dimensões políticas e éticas por tratar diretamente com as singularidades d@s militantes que farão parte desse trabalho, respeitando os lugares de fala del@s, afirmando um compromisso com @s subaltern@s, com a luta contra as desigualdades sociais, com a pluralidade (MEIHY, 2005).

Creio que o desenvolvimento da história oral permitiu, junto a outras transformações teóricas e metodológicas, uma mudança de enfoque nas pesquisas históricas, quebrando uma visão rígida da objetividade do fato histórico, abrindo a possibilidade de recuperação de maneiras diversas de viver a história, conforme o gênero, a idade, a classe, a raça e a sexualidade. Em seu *Manual de História Oral*, José Carlos Sebe Bom Meihy comenta que a história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Para o autor “ela é sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva” (MEIHY, 2005, p. 17).



A importância de um trabalho com um grupo de militantes vai além do simples “resgate do oprimido” ou de uma “história dos excluídos”. Todas as questões levantadas seriam postas a partir de entrevistas realizadas através de uma metodologia que utiliza uma dada História Oral, que se voltou à “gente comum” e trabalha na fronteira entre a História, a Sociologia e a Antropologia. Essa metodologia deixa os nossos “colaboradores” bem mais perto de nós, revolucionando o papel dos entrevistad@s, colocando-@s no centro da pesquisa não mais como simples depoentes, mas como efetivos “colaboradores”, participantes imprescindíveis, sem @s quais o trabalho não seria possível.

Para tanto, seguirei os procedimentos a partir da “Cápsula Narrativa” e “Origem Voluntária” desenvolvidos por Caldas (1999). Essa perspectiva explora as relações entre memórias, histórias, narrativas e textos, e rompe com os paradigmas estruturalistas, redefinindo as

relações entre passado-presente. Nela, as narrativas são consideradas construções localizadas dos sujeitos de sua própria identidade e subjetividade. Por isso, leva-se em consideração não somente as informações contidas nos relatos, mas o próprio modo de narrar. Daí a importância da utilização dos procedimentos de “Cápsula Narrativa” e “Origem Voluntária”, por permitirem ao colaborador escolher por onde e como gostaria de narrar.

Nesse sentido, para aplicação do método e a fim de apreender o cruzamento entre gênero, classe, raça, identidade de gênero e sexualidade d@s militantes, bem como as experiências, as dificuldades, o vivido, a subjetividade e os elementos de sociabilidade que constituem as suas trajetórias e identidades, serão realizadas entrevistas, observações e questionários (com perguntas estruturadas) com em torno de 16 (dezesseis) militantes, localizad@s inicialmente através de relações pessoais e sugestões de ativistas [colônia - rede] em Rondônia, onde já realizei algumas entrevistas (áudio-vídeo) com militantes. Estou fazendo levantamento e análise de documentos institucionais e/ou matérias jornalísticas existentes no Coletivo e nas organizações das quais @s militantes fazem parte.

No desenvolvimento deste trabalho, procuro sempre agendar as entrevistas e explicitar a importância do gravador, da câmera e do questionário, tornar claro que os depoimentos d@s militantes são de grande relevância social e importantes para a pesquisa histórica e para os estudos de memórias.

Neste trabalho faço uma relação entre *identidade e memória*, compreendendo-as como fenômenos construídos e que os modos de construção podem ser tanto conscientes como inconscientes (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 2004; LE GOFF, 1990; DIEHL, 2002; BOSI, 1994).

Halbwachs (2004) explana que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva. Já Le Goff, em sua obra intitulada *História e Memória*, compreende a memória enquanto propriedade de guardar certas infor-

mações: “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais os homens pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 425).

Todo o material que estou coletando e analisando será utilizado tanto para a construção da tese o quanto para um documentário e também materiais para o meu canal do YouTube, como formas de divulgar a história de vida d@s militantes, a memória do Movimento LGBTQI+ e de mulheres.

Parece-nos importante analisar historicamente a formação do movimento LGBTQI+ e do

movimento de mulheres fora dos grandes centros urbanos do Sul e do Sudeste do Brasil que, em geral chamam mais a atenção d@spesquisador@s. Afinal, em um país de dimensões continentais como Brasil, não podemos reduzir a história do país a algumas regiões e localidades, mesmo que essas sejam aquelas com maior poder econômico, político e cultural. Olhar para as dinâmicas específicas desse estado nortista no meio da Amazônia Legal, pode nos ajudar a conhecer, especificidades e também similaridades com outros espaços, com outros movimentos LGBTQI+ e de mulheres de outras regiões e até mesmo de países vizinhos.

Referências

CALDAS, Alberto Lins. Oralidade, texto e história. Loyola, São Paulo, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. Cultura historiográfica: memória, identidade e representação. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Laís Teles Benoir. SP: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Unicamp, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 2005.

SILVA, Lauri Miranda. Ong Tucuxi: na luta contra o preconceito e pelo reconhecimento da cidadania LGBT em Porto Velho. 2010. 108f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR, Porto Velho, Rondônia.

SILVA, Lauri Miranda. Revelações e ocultamentos: as representações de gêneros nos estudos multidisciplinares

realizados na Universidade Federal de Rondônia (1990-2010). 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2015. Disponível em: <http://www.ppghisec.unir.br/uploads/83939544/DISCENTES/Turma%202013/Lauri%20revelacoes%20e%20ocultamentos.pdf>. Acesso em 24 de jul. de 2020.

SILVA, Lauri; Schmidt, Benito Bisso. Conquistas e desafios: as políticas públicas para a comunidade LGBTQI+ no Brasil, em especial na cidade de Porto Velho/RO, do final década de 70 aos dias atuais. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1563900246_ARTIGOLAURIEBENITOANPUH-NOVAVERSAO.pdf. Acesso em 24 de jul. de 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos históricos, RJ, Vol. 2, n. 10, 1992. P.204.

Percursos do Pensamento LGBT+ Brasileiro

Felipe Areda

(Antropólogo,
Fundador e
Presidente do
Instituto LGBT+)

Ao mesmo tempo percebia, sem olhar, porém enxergando tudo deles, como só é possível ao observador observar.”

Herbert Daniel

No ano de 2010, quando atuava como pesquisador voluntário do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero (NEDIG) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB), propus a criação de “Pensamento LGBT Brasileiro” como uma disciplina de módulo livre a ser ofertado para os cursos de graduação. Desde 1987, todos os cursos de graduação da UnB são estruturados em dois módulos: o integrante e o livre. O módulo integrante é voltado para áreas de concentração e conexas das formações específicas, enquanto os módulos livres são destinados a atividades complementares e ao estímulo do contato de estudantes com áreas de conhecimento diversas ou campos de atuação de seu interesse. Os módulos livres permitem uma flexibilização do currículo, promovem a integração da comunidade universitária e têm sido um marca do Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília

A criação desse curso era afetivamente motivada pelo falecimento, naquele ano, de figuras marcantes para a história cultural, artística e intelectual brasileira, como a multiartista

Cláudia Wonder (falecida em 26 de novembro), o poeta Roberto Piva (falecido em 3 de julho) e o escritor Wilson Bueno (assassinado em 31 de maio). Afetava-me não somente os seus falecimentos, mas o desconhecimento das obras dessas artistas por grande parte da minha geração na comunidade LGBT+.

A disciplina foi aprovada com unanimidade em 2010 e foi por mim ofertada pela primeira vez em 2012, após uma cuidadosa seleção bibliográfica e pesquisa de material. Ofertei cinco edições do curso até 2018 na Universidade de Brasília e uma vez na Universidade Católica de Brasília em 2013 como curso de extensão a convite de um coletivo de estudantes. Após 2018, desliguei-me das atividades no espaço universitário e passei a realizar edições como cursos livres pelo Instituto de Cultura, Arte e Memória LGBT+ (Instituto LGBT+), permitindo ampliar seu alcance para pessoas fora da universidade (AREDA, 2020).

Em síntese, o curso foi criado com dois objetivos: um político e um epistemológico.

O objetivo político se centrava no esforço de confrontar a invisibilidade da produção teórica ancorada em experiências não-heterossexuais e não-cisgêneras na academia brasilei-

ra. Para esse escopo, o curso buscava oferecer um panorama preliminar da produção teórica de pensadoras lésbicas, gueis, bissexuais, travestis e transexuais brasileiras. Ao trazer um painel dessa produção, bem como apresentando o seu contexto de formulação, buscava ampliar a compreensão sobre as experiências LGBTQ+ contemporâneas, sobre os processos de subjetivação ligados ao sexo e da sexualidade desde um ponto de vista local, sobre a história cultural nacional e especialmente sobre o patrimônio intelectual, artístico e cultural da comunidade LGBTQ+ brasileira.

A proposta também almejava a constituição de uma rota alternativa aos caminhos hegemônicos dos estudos LGBTQ+ no Brasil, centrados, em especial na última década, na apropriação de conceitos estrangeiros. Incomodava-me principalmente um domínio asfixiante e ao meu ver colonizado por parte das chamadas perspectivas *queers*, em especial a partir de leitura da autora estadunidense Judith Butler. Não que me vestisse de um ufanismo patriótico ou que tivesse alguma recusa dessas formulações, mas me parecia invisibilizador e colonial narrativas que colocavam o debate da crítica das identidades, e particularmente a chegada no Brasil do *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity* (BUTLER, 2003), como um navio descobridor de terras inabitadas, quando o debate de identidade já tinha sofisticadas elaborações nos anos 70 e 80 no Brasil.

O segundo objetivo era ancorado no esforço da abertura de um campo de investigação da repercussão epistemológica das perspectivas LGBTQ+. Interessava-me escrutinar a reverbe-

ração das experiências de campos de desejo, afetos e relações na produção do pensamento social, político, estético, ético, antropológico e filosófico. Em suma, como a experiência de desejos, de identidades, de relações ou corporeidades dissonantes com o regime social imposto organizam e desorganizam nosso olhar sobre o mundo?

Com esse escopo, ainda que para seguir esse caminho investigativo nos aproximássemos do campo dos estudos da construção da estrutura de gênero ou do dispositivo da sexualidade, não se tratava um curso sobre teorias da diversidade sexual e de identidades de gênero. Bem como, ainda que tocássemos no papel das organizações políticas para a construção de comunidades de pensamento (assim como das comunidades de pensamento para a organização política), não era também um curso sobre história do movimento social LGBTQ+ no Brasil.

Também, cabe frisar que, a partir de um interesse em como uma produção dissonante de pensamento poderia implicar também dissonância de forma de comunicação, expressão e perlocução, construí uma escolha bibliográfica que não passava por formatos tradicionalmente acadêmicos. O artigo, a dissertação e a monografia davam lugar à poesia, à autobiografia, ao ensaio, à dramaturgia, à escrivência e ao romance. Estes gêneros não eram trazidos à leitura como objetos de um estudo de representações, mas de perspectivas dissonantes. A pergunta “como uma LGBTQ+ é representada nesta obra?” dava lugar ao “como essa obra, mesmo quando não trata do tema do gênero e da sexualidade, é

**Não me interessava
somente as distinções
entre hétero e homo
ou homem e mulher,
mas como um
pensamento afetado
borrava as separações
entre sujeito e objeto,
eu e outro, espectador
e obra, ficção e
memória, identidade
e alteridade, mundo
e linguagem, vida e
morte, algoz e vítima.**

um terreno da criação de pensamentos desde perspectivas LGBTQ+?”, bem “como as próprias noções hegemônicas de obras ou mesmo de pensamento podem ser afetadas por perspectivas LGBTQ+?”.

A escolha do termo “pensamento” não foi em vão. Tenho utilizado esse termo para constituir uma reflexão que aposta em caminhos alternativos à ideia de pensamento *straight*, tal como apresentada por Monique Wittig. Wittig, em um ensaio publicado no verão de 1980 chamado *Straight Mind*, e que depois integrou livro homônimo, escrutinava a partir do que ela chamou de um materialismo lésbico a economia heterossexual. Wittig a apresentava não como uma orientação, uma escolha, uma disposição ou uma instituição, mas como regime político e estrutura de opressão, submissão, apropriação, violência e exclusão que ditava: “*You-will-be-straight-or-you-will-not-be*” (WITTIG, 1992, p. 28). Serás hétero ou não serás!

Ao falar de pensamento hétero, numa certa referência à ideia *La pensée sauvage* de Lévi-Strauss, Wittig propunha uma investigação das operações mentais estruturantes da economia heterossexual. Para Wittig, o regime dominante não simplesmente violentava o diferente, mas violentava o outro para transformá-lo em diferente, lançando para a fora da possibilidade de existência aquilo que não era reto, correto, estreito, direito, em ordem, honesto, ereto, honrado, oficial, legal, preciso, puro, *straight* — heterossexual.

O que na produção teórica brasileira LGBTQ+ apontava para um caminho dissonante às operações mentais que operam a violência para a criação de distinções? Não me interessava somente as distinções entre hétero e homo ou homem e mulher, mas como um pensamento afetado borrava as separações entre sujeito e objeto, eu e outro, espectador e obra, ficção e memória, identidade e alteridade, mundo e linguagem, vida e morte, algoz e vítima. Também me interessava, na seleção bibliográfica, uma investigação das estruturas de violência,

desde perspectivas LGBTQ+. Dessa forma, selecionei texto que refletiam sobre as estruturas da violência (em seus níveis institucionais e micropolíticos), trazendo perspectivas críticas ao impacto do regime ditatorial e da epidemia de aids no Brasil.

Nesses percursos, obras de Cassandra Rios, Leila Miccolis, Anderson Herzer, Hélio Oiticica, Zé Celso, Glauco Mattoso, Paulo Augusto, Waldo Motta, João Silvério Trevisan, Hudnilson Junior, Silvano Santiago, Roberto Piva, Vange Leonel, Cláudia Wonder, Marisa Fernandes, Conceição Evaristo e outras tornavam-se mapas de descobertas por caminhos sinuosos. Com o tempo, obras contemporâneas de Tatiana Nascimento, Angélica Freitas, Linn da Quebrada, Marcelino Freire, Amara Moira, Viviane Vergueiro, Jota Mombaça e outras foram adentrando o percurso quase sempre estourando os limites do curso, fazendo com que hoje eu o veja mais em uma provocação de criação de linha de pesquisa coletiva do que em uma disciplina que consegue ser ministrada em um semestre.

Ainda sobre o título “Pensamento LGBTQ Brasileiro”, cabe fazer duas problematizações. A primeira é sobre a sigla LGBTQ. Ainda ciente da sua insuficiência, anacronismo e limitação cultural, na época de criação do curso achei importante adotar a sigla utilizado pelo movimentos sociais no Brasil e deliberada em 2008 pela Conferência Nacional que reuniu ativistas de todo país. A utilização do termo apostava na marca política de incluir o vocabulário dos movimentos sociais no universo acadêmico, afastando-me de expressões na época mais palatáveis como diversidade sexual ou mais academicamente acolhidas pelo charme colonial como *queer*. Aliás, provavelmente foi uma das primeiras, se não a primeira, disciplinas de graduação do Brasil ao sair no currículo oficial com o termo “LGBT”.

Mais recentemente, passei a adotar um sinal de adição após a sigla (+), respeitando a terminologia temporariamente consolidada

pelos movimentos sociais, mas incluindo um marcador de sua incompletude e possibilidade sempre aberta a ampliação. Nunca é demais enfatizar que, para além da emergência de movimentos sociais contemporâneos que passam a ampliar nosso vocabulário político com termos como pessoa não-binária, agênero, gênero fluido, pansexual, assexual, intersexual, nosso país está povoado de um infinidade de identidades que não cabem nas chaves de leitura dos dispositivos ocidentais de gênero e sexualidade, tais como viado, sapatão, adé, tibira, çacoaimbehuira, cudinhos, guaxu, cunin, kudina, hawakymi, dentre outras.

O outro termo problemático é a própria ideia de “brasileiro”. Como disse, não buscava um patriotismo ufanista, nem uma abstração como “pensamento nacional” ou uma expressão de conhecimento de um suposto ethos nacional homogêneo. O que me afetava era o caminho investigativo apontado por João Silvério Trevisan (2002) em seu importantíssimo “Devassos no Paraíso”.

Trevisan inicia a sua obra citando um conto de Aguinaldo Silva em que uma personagem, adentrando no obscuro banheiro de um cinema pornô utilizado para pegação guei, busca uma pichação em um banheiro, marcado por sujeira e esperma, que diz “O Cine Íris também é Brasil”. Trevisan, iniciando uma investigação história sobre as experiências LGBTQ+ no Brasil, coloca menos a ideia de brasilidade como um fato e mais como um território cheio de becos escuros, desejos malditos e pichações tortuosas que clamam concupiscentemente a sua existência como uma mirada disruptiva sobre o país.

Como parte das inquirições sobre essa nacionalidade cheia de rasuras, cabe destacar a

reflexões da discursividade latino-americana como um *entre-lugar* em Silvano Santiago (1978), a experiência LGBTQ+ nacional como degredo e exílio em Herbert Daniel (1982), a crítica de colonial ao *cis-tema mundo* em Viviane Vergueiro (2015) e a criação de territórios de liberdade de forma decolonial e antirracista como *cuierlombismo* em Tatiana Nascimento (2019).

Por fim, destaco que “Pensamento LGBTQ+ Brasileiro” só ganhou sua vida no encontro com a coletividade. A sua oferta, seja como disciplina de graduação, curso de extensão ou curso livre, sempre se deparou com turmas em sua maioria compostas por LGBTQ+. Foi no encontro dos saberes dos textos com o saberes das vidas de estudantes que o curso passou a constituir uma importante estratégia não só de educação patrimonial LGBTQ+, como a criação de uma comunidade de pensamentos afetados. E foi nesses espaços de encontros, quando as investigações se misturavam às experiências, quando as textualidades encontravam

às corporalidades, quando as obras despertavam as memórias, quando as autorias falecidas se incorporaram nas inquietações presentes, quando o saber se tornava afeto e o afeto se tornava saber, que Pensamento LGBTQ+ Brasileiro se tornou um percurso comunitário. Pois nesses encontros, tornou-se nítido que a experiência LGBTQ+, para muitas nós, por meio da violência que tenta nos fazer menos dignas de viver, tentava também nos fazer sentir menos dignas de pensar.

Foi por meio desses encontros que a ideia de “pensamento afetado” emergiu como uma das principais rotas que talvez nos permita desconstruir o pensamento hétero, imis-

Foi no encontro dos saberes dos textos com o saberes das vidas de estudantes que o curso passou a constituir uma importante estratégia não só de educação patrimonial LGBTQ+, como a criação de uma comunidade de pensamentos afetados.

cuindo-se no duplo sentido dessa expressão. Afetado é justamente um dos xingamentos que mais recorrentemente eu costuma ouvir, numa tentativa de ofender àquele que se afasta ao mesmo tempo dos domínios da masculinidade e da racionalidade. Essas duas ideologias mestras, como um deus janus de duas faces, compõe em um só regime político-epistêmico aquilo que Jacques Derrida (1987) sintetizou como o nome de falocentrismo. Essa noção aponta para a conexão entre *logos* e *phallus*, em sua oposição a *mythos* e *hystera*. (GABRIEL, 2009) O logocentrismo, ancorado em noções de verdade, ser e realidade, engendra-se a partir de um eu cognoscente que se quer abstrato, totalizador, não marcado e empenhado numa busca de controle da realidade. O masculino, ou mais especificamente o cismasculino (VERGUEIRO, 2015), se apresenta justamente como o lugar desse projeto paranóide. O cismasculino é o generalizado, tudo que não o é é marca. O cismasculino é abstrato e controlador em sua posição racionalizante perante o mundo, o que é feminino e (des)viado é submisso e preso nos domínios dos afetos. (Conf. HARDING, 1986; HARTSTOCK, 1986; e HARAWAY, 1995). Nesse dispositivo alicerçado em dicotomias, qualquer deslocamento nos abjeta para o campo de excrescência do regime *straight*. Desse modo, nesse pensamento estreito, somos ofendidos justamente pela sua recusa do binarismo, que sustenta tanto o dispositivo da sexualidade como alicerça o logocentrismo ocidental. Atiram-nos gritos – afetadas! Mais

O cismasculino é o generalizado, tudo que não o é é marca. O cismasculino é abstrato e controlador em sua posição racionalizante perante o mundo, o que é feminino e (des)viado é submisso e preso nos domínios dos afetos.

do que ofensa, a afetação é colocada como um limite à produção de conhecimento, uma parcialidade contaminadora, uma concreitude libidinosa que impede já de início o projeto de abstração, da busca pela verdade, da investigação totalizadora.

Em negação dessa ideologia, o lugar de afetado emerge como um *locus* epistemológico privilegiado de fissura e *liminarietà* (MIGNOLO, 2003). Não obstante, não nega o falocentrismo por eliminação, mas pelo contágio desestabilizador dos oximoros. Onde há recusa, dicotomização, distinção e eliminação, uma política das afecções incide sobre as possibilidades de conexões, recai nos abismo das misturas de desejos, rompe a dureza da certeza, do asfalto, dos paus e cacetes. Chega suave, mas vertiginosa. não é da ordem da oposição, mas da desordem da sedução contaminadora. “Eu não sou o que você é” – diz o mestre. Ao que lhe responde um sussurro ao calor dos ouvidos – “eu sou o que você pode ser”. Trata-se da afirmação de si no vasto terreno do contágio, do colocar-se em direção à transformação do outro. Você se afasta, eu me aproximo. Você violenta, eu acaricio. Você separa, eu misturo. Você nega, eu encanto. Sua boca ofende, a minha lhe beija. Trata-se menos de uma revolução epistemológica, do que de uma *re-volição*, como diria Zé Celso (CORRÊA & STAAL, 1998), na produção de conhecimento. Que a experiência desse percurso seja convidativa, pois imprescinde de encontros – de textualidades, de obras, de experiências, de corpos, de memórias, de pensamentos.

Referências

- AREDA, Felipe. "Invocando um terreiro Cultural LGBTQ+." In: Revista Memória LGBTQ+. Ano 8, nº 1. ed. 11. 2020. pp. 22-29.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CORRÊA, José Celso Martinez. STAAL, Ana Helena Camargo de (org). Primeiro ato: cadernos, depoimentos, entrevistas, 1958-1974. São Paulo: Editora 34, 1998.
- DANIEL, Herbert. Passagem para o próximo sonho. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- DERRIDA, Jacques. "Le facteur de la vérité." In: The postcard: from Socrates to Freud and beyond. Chicago and London: University of Chicago Press, 1987, pp. 412-496.
- GABRIEL, Alice de Barros. A casa da diferença. Feminismo e diferença sexual na filosofia de Lucy Irigaray. Dissertação de mestrado, UnB, Programa de Pós-graduação em Filosofia, 2009.
- HARAWAY, Donna. "Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". In: Cadernos Pagu, São Paulo, n.5, 1995, pp. 07-42.
- HARDING, Sandra. The science question in feminism. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986. HARDSTOCK, Nancy. "The feminist stand point: developing the ground for a specifically feminist historical materialism". In: HARDING, Sandra. (Ed.) Feminism & methodology. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1986, pp. 157-180.
- NASCIMENTO, Tatiana. Cuírlombismo literário: poesia negra LGBTQI desorbitando o paradigma da dor. São Paulo: n-1 editora, 2019.
- SANTIAGO, Silviano. "O entre-lugar do discurso latino-americano." In: Uma literatura nos trópicos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, pp. 11-28.
- TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.
- WITTIG, Monique. The Straight Mind and other essays. Boston: Beacon Press, 1992.

Envie sua história, conte suas memórias, denuncie a discriminação.

Envie também depoimentos, contos, relatos, fotos e o que mais quiser

revista@memorialgbt.com

Chamada para artigos

Cadernos de Sociomuseologia

N. 17, V. 61/ 2021

Título: Corpo, Gênero e Dissidências Museus e na Museologia

Organização: Judite Primo, Jean Baptista, Tony Boita.

A presente chamada destina-se a promover o debate sobre corpo, gênero e dissidências plurais nos museus e na Museologia. Para tal, propõe a reunião de artigos que versam sobre novos objetos e novas abordagens relativas a identidades que escapam da matriz hegemônica masculina mormente vigente nos museus e na Museologia. Para tal, apoia-se na Resolução no. 4/ICOM (2013), nos Princípios de Yogyakarta (2007), na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2002), entre outros documentos que orientam sobre a necessidade de se buscar novas políticas culturais que contemplem a diversidade tendo em vista a superação de desigualdades históricas. Neste sentido, este Dossiê recebe artigos sobre ações e reflexões em múltiplas abordagens teóricas, em especial quando tratam sobre documentação, conservação, expografia, ação educativa, comunicação, política de aquisição e descarte, entre outros ofícios e saberes próprios dos museus e da Museologia, particularmente quando vinculados aos modos de representar ou de esquecer corpos femininos e/ou dissidentes. Em conjunto, este Dossiê objetiva promover a circulação de conhecimentos interessados no aprofundamento do pensamento sociomuseológico diretamente vinculado aos debates de equidade de gênero e orientações plurais, compreendendo os museus e a Museologia enquanto importantes agentes do processo de superação de fobias contemporâneas a essas corporalidades.

Data final para envio: 30 de outubro de 2020.

Maiores Informações: memoriaslgbt.com/2020/08/17/artigos/